

REGINA CELI WENZEL TORRES

**A PERSONIFICAÇÃO NO TEXTO ACADÊMICO-FORMAL: UMA
ABORDAGEM COGNITIVISTA**

MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Dezembro de 2003

REGINA CELI WENZEL TORRES

**A PERSONIFICAÇÃO NO TEXTO ACADÊMICO-FORMAL:
UMA ABORDAGEM COGNITIVISTA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, como exigência parcial para a obtenção do título de *Mestre em Lingüística*, do Curso de Mestrado em Letras, Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Helena Martins.

JUIZ DE FORA, 2003

Exame de dissertação

TORRES, Regina Celi Wenzel. *A personificação no texto acadêmico-formal: uma abordagem cognitivista*. Dissertação de Mestrado em Letras (área de concentração: Linguística), apresentada à UFJF, 2.º semestre de 2003, 74 p.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Helena Martins (Orientadora -- PUC-RJ)

Prof.^a Dr.^a Neusa Salim Miranda (Presidente -- UFJF - MG)

Prof.^a Dr.^a Violeta S. T. Barbosa Quental (Membro Titular -- PUC- RJ)

Examinada a dissertação

Em 12/12/2003, Juiz de Fora – MG

Conceito:

A Clarice, luz!

A Édimo, co-autor na vida.

AGRADECIMENTOS

À professora Helena Martins, pelas sugestões imprescindíveis e pela competência inestimável.

Aos meus professores Neusa Salim Miranda, Margarida Salomão, Mário Roberto Zágari, Sonia Bittencourt, Diana Pinto, pelas descobertas.

Às minhas amigas de Mestrado -- Isabel, Raquel e Helena --, pelas discussões, pelo afeto e pela preocupação: evidências da co-construção de sentidos.

A Regina Macedo, pela companhia nos caminhos da Língua Inglesa.

Ao Colégio Militar de Juiz de Fora, por ter viabilizado a conclusão de meu curso.

A Capitão Gauté, pelo apoio corajoso tão necessário.

A Prisca e Edimilson, pelo carinho e pela atenção indispensáveis.

Aos meus colegas -- Maristela, Rose, Aparecida Drumond, Aparecida Moreira, Elis, Valéria, Cássia e Capitão Dantas--, que me acompanharam sempre com muita paciência e atenção.

A Cacá e Holzapfel, pela amizade incondicional.

*O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, **antropomorfismos**, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas e enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias...(Sobre verdade e mentira, §1)*

Nietzsche

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. Pressupostos teóricos.....	5
2.1. Um deslocamento contemporâneo na concepção do significado: a vertente cognitivista.....	5
2.1.1. O resgate do corpo e da imaginação.....	6
2.1.2. Projeções entre domínios.....	10
2.1.3. Modelos Cognitivos Idealizados.....	13
3. Os vieses do fenômeno da Personificação.....	18
3.1. Personificação como recurso retórico-literário.....	19
3.2. Personificação como recurso cognitivo.....	23
3.2.1. O caminho cognitivista na investigação da Personificação.....	24
3.3. Personificação no texto acadêmico: Personificar para impessoalizar.....	30
3.4. Personificação no texto acadêmico: um processo metafórico ou metonímico?..	33
4. Análise de dados.....	36
4.1. MCI Pessoa.....	36
4.1.1. Princípios estruturadores.....	36
4.1.2. A linguagem associada ao MCI Pessoa.....	41
4.2. MCI de Produção Intelectual.....	43
4.3. Resultados da análise: descrição.....	46
4.3.1. Tipos de projeção encontrados.....	46
4.3.2. Linguagem utilizada nas projeções.....	49
4.3.3. Grau de aceitabilidade das construções.....	50
4.3.4. Análise das regularidades.....	51
4.3.4.1. Violações do Princípio de Invariância.....	51
4.3.4.2. Opacidade vs. Transparência dos itens lexicais sinalizadores de personificação.....	55
4.3.4.3. Aceitabilidade e projeção metonímica.....	57

5. Conclusão.....	61
6. Bibliografia.....	65
7. Anexo.....	68

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar a incidência e os efeitos do processo cognitivo da Personificação em textos de natureza acadêmico-formal. Parte-se da constatação de que, nesses gêneros textuais, algumas construções com personificação são aceitáveis, ao passo que outras não. O estudo busca determinar as condições de possibilidade e interdição de tais construções no gênero acadêmico-formal, e adota para tanto categorias analíticas e constructos teóricos oferecidos na Linguística Cognitiva, com destaque para as proposições acerca de *modelos cognitivos idealizados* e de *projeções entre domínios cognitivos*.

Com base nesse quadro teórico, reavalia-se o lugar da personificação no texto acadêmico-formal, demonstrando-se que essa funciona como um dos mecanismos importantes utilizados para garantir a *impessoalização*, o “apagamento” do autor característico de textos dessa natureza. Partindo-se de uma análise da incidência da personificação tanto em textos de autores já estabelecidos, quanto em textos de aspirantes ao ingresso na vida acadêmica, o estudo conclui que, entre os fatores centrais de interdição à personificação, estão (a) a violação do chamado *princípio da invariância* (Lakoff, 1987; Turner, 1996), que governa e restringe as possibilidades de projeções entre domínios cognitivos; e (b) a utilização de estruturas que fogem às “fórmulas” tradicionais utilizadas em textos dessa natureza. Entre os fatores de “autorização” das construções com personificação estão, inversamente, o respeito ao princípio da invariância, o grau de convencionalização das estruturas utilizadas e o imbricamento entre os processos metafórico e metonímico.

ABSTRACT

This work will investigate the incidence and the effects of the cognitive process of personification in formal-academic texts. It sets out the fact that in this type of text some constructions with personification are accepted while others are not. The present study aims at determining the conditions of possibility and interdiction of such constructions in formal-academic texts, and adopts the analytics categories and theoretical constructs offered by the Cognitive Linguistics, with emphasis on the propositions of the *Cognitive Idealized Models* and of the *Mappings among Cognitive Domains*.

Based on this theoretical model the role of personification in formal-academic texts will be reassessed, and it will be demonstrated that personification is one of the mechanisms of impersonalising or nullifying the author of such texts. Starting with the analysis of the personification incidence in formal-academic texts by known and recognized authors, as well as by academic author candidates, this study comes to the conclusion that among the central factors for personification interdiction are (a) the violation of the *invariance principle* (Lakoff,1987; Turner,1996), which governs and restricts the possibility of mappings among cognitive domains; and (b) the use of structures that don't fit in the traditional used and accepted formulae. Among the authorizing factors for the personification constructions are the obedience to the *invariance principle*, the degree of conventionality of the used structures and the interaction between the metaphoric and metonymic processes.

1. INTRODUÇÃO

*Há uma lua dentro da qual nos agachamos
duras perguntas dormem em nós.*

Edimilson de Almeida Pereira

O texto de natureza acadêmico-formal apresenta uma organização bastante peculiar. Entre os traços mais tipicamente associados a esse gênero discursivo estão a *impessoalização*, a *objetividade* e o predomínio da *função referencial*. No conjunto, essas características nos permitem afirmar que a linguagem desse discurso é a do *afastamento*.

Associada ao ideal do texto “objetivo”, despojado de ambigüidades e de impressões “subjetivas”, está a convicção de que se pode suprimir a linguagem figurada do texto acadêmico ou de qualquer texto. Tal convicção depende de uma compreensão tradicional do que seja a linguagem figurativa – uma concepção que tem sido subvertida e combatida pelos desenvolvimentos da chamada Teoria Cognitiva da Metáfora, inaugurada com o trabalho já clássico de Lakoff e Johnson (2002[1980]). Como será visto no capítulo seguinte, a linguagem figurativa é, muito ao contrário, um fenômeno onipresente na linguagem de um modo geral, marcando presença em todos os gêneros textuais.

No que tange ao texto acadêmico-formal, no entanto, é fato que o projeto de, por assim dizer, “controlar” o uso figurado da linguagem se mantém como recomendação implícita ou explícita, tendo relação com os julgamentos de aceitabilidade que se produzem em torno dos textos. Do choque entre a impossibilidade de supressão da linguagem figurada e a recomendação de seu controle resulta a seguinte situação no texto acadêmico-formal: algumas construções figurativas “passam no teste” e outras não. A decisão entre um caso e outro não parece ser de todo aleatória: por um lado, os clichês tendem a ser sistematicamente interditados e, por outro, construções por demais herméticas ou obscuras também tendem a

ser julgadas inaceitáveis (pelo menos nos casos em que o seu autor não goza de prestígio intelectual já estabelecido). Seja como for, no entanto, há muitos casos de construções figurativas que, comparecendo em textos acadêmico-formais, não se enquadram em qualquer desses dois casos mais claros de interdição. O fato de que algumas delas são, em geral, tomadas como aceitáveis ao passo que outras não permanece, pois, em larga medida, um mistério.

Este trabalho debruça-se sobre essa situação misteriosa, discutindo o lugar de um tipo específico de construção figurativa no texto acadêmico-formal – a personificação.

Um exame superficial das situações de Personificação no texto acadêmico-formal já mostra que, tratando-se do mesmo processo básico, há grande variação no grau de aceitabilidade das construções. Consideremos os exemplos (i), (ii) e (iii) abaixo:

(i) “Os **dados falam** em favor de uma revisão porque em todas as sentenças o verbo ‘tecer’ teve um sentido diferente.”

(ii) “(...) a **abordagem formalista agrupa** os elementos da frase em árvores hierárquicas.”

(iii) “A **hipótese** de Sapir-Whorf **considera** que não existe uma língua mais completa que a outra, elas apenas descrevem a realidade de acordo com a cultura de seu falante.”

Verificamos que em (i) não há nenhum veto à utilização da personificação. A construção (iii), por sua vez, produz um claro efeito de estranhamento. E, em se tratando de (ii), parece haver uma certa flutuação, ou seja, há dúvida quanto à sua aceitação.

O objetivo deste trabalho é analisar o emprego da personificação no texto acadêmico-formal, com vistas à determinação de suas possibilidades e restrições de ocorrência. Desejamos testar a hipótese de que a aceitabilidade ou inaceitabilidade aparentemente misteriosa das construções com personificação seja, pelo menos em parte, explicável em termos dos princípios que governam as projeções entre domínios cognitivos em nossos sistemas conceituais.

Acreditamos ser importante a abordagem desse tema, tendo em vista sua relevância aplicada e teórica. Constatada a ubiquidade do fenômeno da personificação em produções de textos formais, é conveniente explicitar em que medida sua utilização é ou não desaconselhável, o que implica a pertinência do desenvolvimento de orientações para aqueles cuja finalidade seja aperfeiçoar a linguagem acadêmica. Na tentativa de se conquistar um espaço profissional numa sociedade letrada como a nossa, sobretudo quando se visa à carreira acadêmica, o domínio da linguagem configura-se como um item decisivo, sem que, contudo, sejam sempre claras “as regras” que determinam o que é e o que não é aceitável. Além disso, também do ponto de vista puramente teórico, há necessidade de uma melhor compreensão do referido fenômeno nas línguas humanas. Nessa perspectiva, não podemos deixar de mencionar o crescente interesse sobre o tópico em modelos teóricos acerca da linguagem cuja orientação é mais semântica, em particular, o *cognitivism*, que vem hoje explorando esse tema, antes circunscrito às áreas da Literatura e da Retórica.

O material lingüístico que constitui o *corpus* deste trabalho foi retirado das seguintes fontes:

- a) *Revista Veredas, Revista cultural do Banco do Brasil*, além de construções avulsas retiradas de textos formais;
- b) majoritariamente, provas de seleção para ingresso em curso de Mestrado em Letras realizadas nos anos de 2001 e 2002.

Os grupos acima provêm de dois tipos básicos de fonte: (a) textos de “autores consagrados”, no gênero acadêmico-formal, e (b) textos de “candidatos” a autores nesse mesmo gênero. Optamos por considerar essas duas fontes, por se tratar de produções que não gozam do mesmo respaldo. Se estamos tratando de “autores consagrados”, podemos pensar que esse grupo emprega com propriedade – pelo menos é o que se espera – as construções figurativas da linguagem, na medida em que, enquanto redatores experientes, conhecem em princípio

melhor as regras tácitas que autorizam ou interditam o uso de tais construções. O segundo grupo, no entanto, nem sempre com orientações tão claras acerca do emprego da linguagem figurada nesse tipo específico de discurso, poderá vir a utilizá-la de forma inadequada.

A metodologia de análise dos dados foi basicamente a seguinte: selecionamos, inicialmente, todas as construções em que havia o processo da personificação para, posteriormente, classificá-las em três graus de aceitabilidade, a saber, *aceitáveis*, *duvidosas* e *inaceitáveis* (cf. Anexo). Em seguida, para determinar fatores de interdição/autorização das construções personificadas, analisamos os três grupos classificando os tipos de projeção entre domínios encontrados, conforme os aspectos lingüístico-conceptuais salientes em cada caso nos dois modelos cognitivos em jogo (o modelo *Pessoa* e o modelo *Produção Intelectual*).

Nosso trabalho está assim organizado: no segundo capítulo, apresentamos a base teórica do trabalho, destacando as categorias e os constructos teóricos da Lingüística Cognitiva que serão aqui pressupostos. No terceiro capítulo, reavaliamos o fenômeno da personificação no texto acadêmico-formal à luz da teoria cognitiva, demonstrando que, ao contrário do que se sugere em abordagens mais tradicionais, a personificação cumpre um importante papel na arquitetura desse gênero textual. No quarto capítulo, fizemos uma descrição dos domínios conceptuais tipicamente mobilizados no processo cognitivo da personificação e tentamos explicar por que alguns mapeamentos podem ser ou não interditados, a partir de uma descrição das regularidades lingüístico-conceptuais encontradas nas construções com diferentes graus de aceitabilidade. O quinto capítulo encerra algumas considerações finais acerca das estratégias da personificação em textos acadêmico-formais, e salientamos a relevância da visão de linguagem por nós adotada para a compreensão adequada do fenômeno em foco.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

*Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.*

Carlos Drummond de Andrade

2.1 - UM DESLOCAMENTO CONTEMPORÂNEO NA CONCEPÇÃO DO SIGNIFICADO: A VERTENTE COGNITIVISTA

Subjacente a todas as áreas do conhecimento, afetando, é certo, o campo do estudo da linguagem, está o chamado *Paradigma Objetivista*¹, um modo de se compreender a relação entre pensamento, linguagem e realidade, cuja raiz encontra-se já na Antigüidade Clássica. De acordo com esse paradigma, o pensamento é basicamente um espelho do real, este sendo compreendido como possuidor de uma estrutura racional, autônoma, correta e unívoca (Johnson, 1987:xxii-xxv). O pensamento é, sob esse ângulo, proposicional, lógico e consciente. A linguagem, por sua vez, é também o espelho da realidade, sendo reduzida ao literal e ao declarativo.

Entre as correntes de pensamento que contemporaneamente vêm reagindo a esse paradigma hegemônico na história do pensamento ocidental, destaca-se o *cognitívismo*, movimento intelectual que tem entre seus representantes maiores G. Lakoff (1987;1993), M. Johnson (1987), M. Turner (1996), G. Fauconnier (1994;1997) e outros. Esse modelo revê a relação entre realidade, pensamento e linguagem, abrindo espaço para uma visão de linguagem que confere valor central aos processos cognitivos de construção do sentido e

¹ Termo empregado por Lakoff & Johnson (2002[1980]), Johnson (1987), Lakoff (1987), Lakoff e Turner (1989).

sustentando que esse é construído mentalmente por *sujeitos* no momento da *interação* – componentes notoriamente rechaçados pelos objetivistas.

Sob essa nova perspectiva, não se sustenta a idéia de que o significado tem um caráter *entitativo*, e, portanto, fixo e estático. O sentido é, em vez disso, uma decorrência de processos cognitivos complexos ativados dinamicamente no momento da interação. Em razão disso, não é possível conceber o significante como auto-contido, como é o caso na maioria das teorias da linguagem inspiradas pelo paradigma objetivista. Entende-se, ao contrário, que a construção do sentido transcende a forma lingüística. Uma das teses centrais do modelo cognitivista é justamente, pois, a de que estudar a linguagem é estudar a cognição.

É partilhando dessa compreensão do que seja o significado na linguagem que estaremos investigando o fenômeno lingüístico-conceitual eleito como alvo de nossa análise, a personificação no texto acadêmico-formal.

Antes de nos atermos ao fenômeno supra-referido, destacaremos conceitos e proposições teóricas do cognitivismo que serão relevantes para este trabalho.

2.1.1 - O resgate do corpo e da imaginação

Interessados em investigar os fatores que determinam a construção do significado, os cognitivistas vêm realizando pesquisas que pretendem explicar as construções cognitivas humanas e como se refletem no uso efetivo da língua.² Trata-se, como já se disse, de um redirecionamento no entendimento das relações entre *realidade*, *pensamento* e *linguagem*.

Como explicam os autores:

O cerne da tradição objetivista em filosofia vem diretamente do mito do objetivismo: o mundo é feito de objetos distintos, com propriedades inerentes e relações fixas entre eles a qualquer instante. Argumentamos, com base nas evidências lingüísticas (especialmente a metáfora), que a filosofia objetivista deixa de explicar a maneira como compreendemos nossa experiência, nossos pensamentos e nossa linguagem. (Lakoff & Johnson, 2002 [1980]:323)

² Para uma recensão atualizada das linhas mestras e principais resultados dessas pesquisas, ver Lakoff e Johnson (1999).

Em decorrência da instauração de uma crise no Paradigma Objetivista, emerge a Alternativa Experiencialista (Lakoff, 1987:xv), ocorrendo, assim, um deslocamento do foco de atenção da realidade em si para a *experiência* humana da realidade. Na visão cognitivista, a experiência deixa de se restringir, como tradicionalmente, às nossas impressões sensoriais e passa a ser entendida não apenas a partir de nossas dimensões perceptuais e motoras, mas também a partir de nossas dimensões emocionais, históricas, sociais e lingüísticas. Reconhecendo a amplitude do termo “experiência”, cognitivistas como Lakoff e Johnson (1999:22) elegeram uma dimensão como aquela que é cognitivamente mais básica: a dimensão corporal. A partir de suas proposições, podemos compreender o quão fundamentais são as nossas experiências corporais e reconhecermos a idéia de que o pensamento nasce no corpo, não podendo mais ser concebido à maneira objetivista, como abstrato, “desencarnado” e transcendental (op. cit.:04).

No tocante a esse aspecto, uma das teses básicas do *cognitívismo* diz respeito à postulação de estruturas *pré-conceptuais* de nossa experiência, padrões básicos que emergem espontaneamente da experiência de nossos corpos no mundo. Dois tipos básicos de interação corpórea com o mundo seriam (a) o deslocamento no espaço e (b) a manipulação de objetos. Esses dois tipos de experiência seriam *estruturados* em um nível pré-conceptual, no sentido de que aconteceriam de acordo com padrões recorrentemente experimentados por nós. Da nossa experiência de deslocamento no espaço, emergiriam os chamados *esquemas imagéticos*, os quais, nas palavras de Johnson (1987:29), seriam

...gestalts experienciais minimamente estruturadas que permitem a organização de um número indefinidamente grande de percepções, imagens e eventos.

Da nossa experiência de manipulação de objetos, emergiriam as chamadas *categorias de nível básico*. Nas palavras de Lakoff (1987:13), essas seriam

...organizadas para que as categorias que são cognitivamente básicas estejam no “meio” da hierarquia geral-para-específico. A generalização se processa de forma “ascendente” a partir do nível básico e a especialização se processa de forma “descendente”.

Esses dois tipos de estruturas pré-conceptuais da experiência teriam um estatuto fundamental em nossos sistemas de conceitos, funcionando como a base ou “âncora” desses sistemas -- a sua “dupla fundação” (cf. Lakoff, 1987:280-281). Por serem *pré-conceptuais*, não teríamos em relação a tais conceitos fundadores qualquer possibilidade de um acesso introspectivo direto. No entanto, eles formariam a base para todos os nossos outros conceitos: nossa experiência teria uma estrutura subjacente, mais concreta, que daria sentido aos demais conceitos mais abstratos.

A noção de *esquema imagético* tem uma importância especial para este trabalho, razão pela qual vamos agora nos deter um pouco em sua discussão.

Turner (1996:16) dá uma contribuição importante para a construção desse conceito, ampliando um pouco a versão estritamente “espacial” de Johnson, citada acima. Turner compreende esses esquemas como *micro-histórias* ou *proto-narrativas*, que se estruturam a partir de nossas experiências *perceptuais* e *interacionais*. Nos termos do autor (1996:45):

A imaginação narrativa – a história – é o instrumento fundamental do pensamento. A capacidade racional dela depende. É a nossa forma de olhar o futuro, de predizer, de planejar, de explicar.

Através dessa base mais estável da cognição, especificam-se esquemas imagéticos, tais como, *trajetória*, *recipiente*, *centro/periferia* etc., que sintetizam os padrões estruturais recorrentes em experiências básicas, ou pequenas histórias que vivenciamos, tais como andar de um ponto a outro, entrar e sair de ambientes, estar no centro ou na periferia de um espaço demarcado etc.

Tomemos a título de exemplificação o esquema imagético de TRAJETÓRIA, cujos elementos estruturais são ORIGEM/TRAJETO/DESTINO/PONTO DE REFERÊNCIA e que apresenta como base corporal a história do deslocamento espacial de um agente ao longo de

um trajeto (cf. Lakoff, 1993:206-208; Turner, 1996:39-40). Uma pergunta natural a se fazer aqui é a seguinte: se esses esquemas são pré-conceptuais, se não temos acesso introspectivo a eles, então que evidências temos de sua existência? Como podemos chegar a determiná-los? Segundo os cognitivistas, o reconhecimento desses esquemas pode se dar através da análise de determinadas *evidências lingüísticas* (Lakoff, 1987:106; Turner, 1996:39). No caso do esquema em foco, construções como “Ele vai chegar lá”, “Ainda tem muito chão pela frente”, “O caminho para uma boa formação é longo”, ditas, por exemplo, em relação a um estudante universitário a respeito de sua formação, seriam vistas como evidências indiretas da existência do esquema TRAJETÓRIA na base de nossos sistemas conceptuais.

Para entendermos exatamente como isso se dá, é importante reconhecermos uma outra tese central que se soma, no *cognitivismo*, à postulação de estruturas pré-conceptuais “encarnadas” ou motivadas por nossa experiência corpórea. Além do resgate do *corpo*, os cognitivistas resgatam também a *imaginação* como aspecto central para o entendimento humano. Assim, as pequenas histórias corpóreas que vivemos são projetadas imaginativamente para outros domínios mais abstratos de nossa experiência. No exemplo acima, teríamos então a experiência estruturada pelo esquema imagético TRAJETÓRIA – deslocamento de um agente de um ponto a outro – sendo projetada para um campo mais abstrato, o da consecução de objetivos de um modo geral. É, pois, a partir de uma base pré-conceptual que se revela a linguagem, o que nos encaminha para o entendimento de que construções lingüísticas como aquelas sobre o universitário mencionadas acima são, na verdade, uma comprovação para a existência tanto do esquema imagético TRAJETÓRIA quanto de uma metáfora cognitiva, a saber, OBJETIVOS SÃO DESTINAÇÕES.

Um outro exemplo, um pouco mais complexo, envolve uma construção como “Daqui pra frente, tudo vai ser diferente”, dita em relação ao futuro. Temos aqui novamente uma extensão metafórica, em que a memória esquemática de TRAJETÓRIA faz-se presente. Além

desse, no entanto, há um outro mapeamento conceptual evidenciado, a saber, TEMPO É ESPAÇO, em que a noção de tempo é metaforicamente conceptualizada em termos de espaço, aspecto que revela uma dimensão mais concreta inerente aos nossos processos de representação, isto é, uma experiência mais abstrata (TEMPO) é compreendida em termos de uma mais concreta (ESPAÇO). Esses exemplos ilustram, portanto, o duplo movimento cognitivista no sentido de abrir espaço para duas dimensões humanas banidas pelo paradigma objetivista, o corpo e a imaginação.

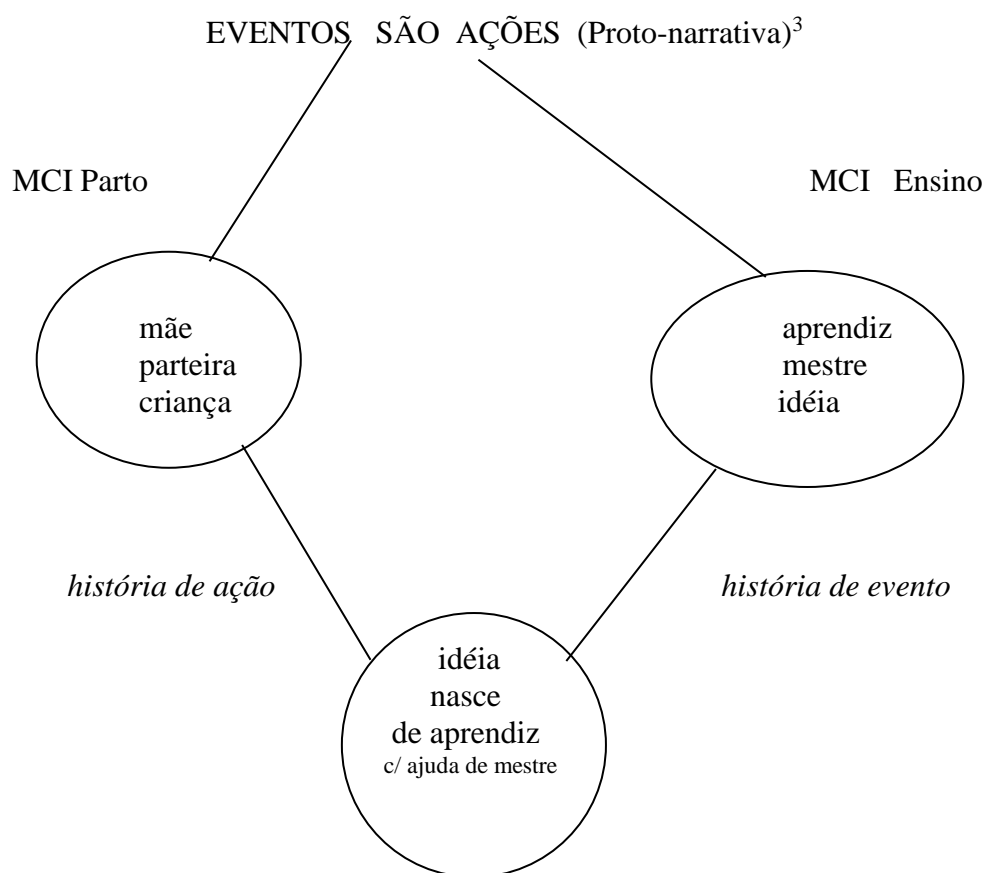
O conceito cognitivista geral que se insinua quando consideramos o modo como, desde os primórdios desse movimento intelectual, sustenta-se essa aliança entre corpo e imaginação é o de *projeção entre domínios conceptuais*. De fato, esse conceito vem sendo ampliado e elaborado de muitas maneiras por teóricos que desenvolvem pesquisas de inspiração cognitivista (Lakoff e Johnson,2002[1980]; Lakoff, 1987; Johnson,1987; Lakoff e Turner,1989; Lakoff,1993; Fauconnier,1994-1997; Turner, 1996) . Sendo muito importante para a nossa análise, merecerá uma seção em separado.

2.1.2 – Projeções entre domínios

A idéia de que a projeção de histórias básicas para domínios experienciais mais abstratos é um mecanismo cognitivo central recebe mais uma bela ilustração no exemplo da “história do nascimento”, apresentado por Turner (1996:52). Para o autor, essa pequena história suscita esquemas imagéticos de *recipiente*, a mãe como corpo que guarda a criança; de *origem material*, representado também pela mãe, da qual emerge um “objeto”; de *trajetória*, já que o bebê ao nascer faria um determinado trajeto; de *elo*, representado pelo cordão umbilical; e, por fim, o de *crescimento*, o corpo que está no recipiente desenvolve-se a ponto de nele não poder permanecer. Essa história básica projeta-se em inúmeras domínios experienciais, para darmos sentido a inúmeras vivências mais abstratas. Está, por exemplo,

por trás de uma das mais antigas “teorias” do ensino de que dispomos, a *maiêutica* socrática, a noção geral de que as idéias podem *nascer* do aprendiz, com o auxílio de um *mestre/parteiro*.

Na fase inicial do pensamento cognitivista, projeções entre domínios desse tipo eram tematizadas sobretudo no âmbito dos estudos da metáfora, e, de um modo geral, eram pensadas como processos cognitivos que envolviam projeções entre *dois* domínios conceptuais (Lakoff e Johnson,2002[1980]; Lakoff,1993). Mais recentemente, esse tratamento bidomínial das projeções foi complementado e complexificado, com a introdução do conceito de *mescla* (*blending*), proposto por Fauconnier (1997). Essa nova categoria cognitivista de análise, que será retomada em mais detalhes na seção 4.4 deste trabalho, pode ser compreendida como correspondente a um processo que abarca, na verdade, pelo menos *quatro* domínios conceptuais (cf. Miranda 1999:89): o *espaço genérico*, que é o espaço de homologia entre *duas fontes* (*input 1* e *input 2*), que são projetadas parcialmente no *domínio-mescla*, que, por sua vez, tem uma *estrutura emergente*, cujos traços migraram dos *inputs 1 e 2*. Domínios esses que podem ser verificados na formalização abaixo:



No contexto deste trabalho, em que se investigam as possibilidades e os limites de um tipo específico de projeção entre domínios, a personificação, é importante salientar que as projeções, sejam elas concebidas em termos de mapeamentos bidomíniais ou multidomíniais, assujeitam-se a certos padrões e limites.

O primeiro deles diz respeito à própria constância na *direcionalidade* dos mapeamentos, ou seja, do domínio fonte, mais concreto, para o domínio alvo, mais abstrato -- nunca o inverso. Além dessa restrição bastante geral, os cognitivistas postulam um princípio específico que limita quais domínios concretos podem ser projetados para quais domínios abstratos, restringindo também que aspectos de um determinado domínio podem ser

³ Teremos oportunidade de retornar a essa proto-narrativa no próximo capítulo.

projetados. Trata-se do *princípio da invariância* (Lakoff,1993:215; Turner,1996:30-31).

Turner (1996:31) explica bem o conceito:

Em geral, a projeção conceptual de um domínio fonte para um domínio alvo não é arbitrária: é guiada pelo princípio de evitarem-se choques esquemático-imagéticos no domínio alvo. Esse princípio é chamado de ‘princípio da invariância’. Nós frequentemente o encontraremos na nossa investigação de parábola. Não requer que o esquema imagético projetado de um domínio fonte já exista no domínio alvo antes da projeção, mas ao invés disso que o resultado da projeção não inclua uma contradição dos esquemas imagéticos.

Em outras palavras, as projeções ocorrem de modo a respeitarem-se as diferenças na topologia cognitiva dos domínios envolvidos. É por isso que domínios muito discrepantes em termos de estrutura esquemático-imagética não admitem projeções entre si: por exemplo, não nos ocorreria compreender a experiência do *ensino* em termos da experiência de, digamos, *ladrihar um banheiro*, ao passo que a metáfora socrática do *parto* parece bastante apta nesse contexto. Como vemos, então, o *princípio da invariância* limita não somente o que pode ser projetado (que fontes para que alvos), como também, no caso das projeções aceitáveis, que aspectos da fonte são projetáveis para o alvo.

No que diz respeito à projeção entre domínios, as categorias cognitivas da *mesclagem* e o *princípio da invariância* terão importância central na análise que será aqui desenvolvida, razão pela qual serão retomadas nos capítulos 3 e 4, em referência específica à personificação. Um outro constructo teórico cognitivista será igualmente importante aqui, a saber, o conceito de *Modelo Cognitivo Idealizado*.

2.1.3 – Modelos cognitivos idealizados

A noção de Modelos Cognitivos Idealizados (MCI's) foi desenvolvida na área da Linguística Cognitiva por Lakoff (1987:68), tendo recebido a seguinte definição: “estruturas com as quais organizamos nosso conhecimento (...) um todo complexo estruturado, uma

gestalt”. Nos termos de Miranda (1999:83), cuja caracterização realça o caráter sócio-cultural dessa categoria,

são conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis. Têm esses conhecimentos papel crucial na cognição humana, qual seja, o de possibilitar o domínio, a lembrança e o uso de um vasto conjunto de conhecimentos adquiridos na vida diária.

Lakoff (1987:68) reconhece quatro inspirações para o seu conceito de MCI: Fillmore (*frame* semântico), Lakoff e Johnson (metáforas e metonímias), Langacker (gramática cognitiva) e Fauconnier (teoria dos espaços mentais).

Para ilustrar preliminarmente o conceito de MCI, tomemos como exemplo o modelo cognitivo idealizado de *casamento*. Podemos definir o casamento como uma instituição social, compreendida em função do conhecimento de todos os elementos envolvidos e em função da sociedade de que fazemos parte. Entretanto, podem ocorrer divergências entre o que é a *idealização* de casamento e as diferentes possibilidades concretas que podem surgir. A nossa estrutura de conhecimento acerca de casamento em parte coincide com o que encontramos no artigo 231 do código civil: pensamos no casamento como uma espécie de contrato celebrado entre uma mulher e um homem, no qual os contraentes estabelecem entre si direitos e obrigações como, por exemplo, a coabitação, a fidelidade recíproca, a assistência recíproca, o sustento, a guarda e a educação dos filhos. Esse conhecimento, que de modo algum esgota o nosso MCI para o casamento, é eminentemente cultural: cai por terra, por exemplo, se pensarmos em outros modelos idealizados em culturas como a árabe, a muçulmana, em que a sociedade não é tipicamente organizada como monogâmica.

Interessante notar que o próprio Código Civil foi recentemente alterado, tendo em vista as mudanças culturais que vêm ocorrendo em nossa própria sociedade. No Código que vigorava até o ano de 2002, há um capítulo específico acerca dos direitos e deveres do marido, como podemos verificar abaixo:

CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DEVERES DO MARIDO

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).

Compete-lhe:

I- a representação legal da família;

(...)

IV- prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277.

Contudo, como essa instituição social passou a apresentar novas conotações, sobretudo em razão do crescente desenvolvimento da participação feminina na sociedade, a partir do dia 11 de janeiro de 2003, entrou em vigor o novo Código Civil, em que não há mais um capítulo que diga respeito aos “deveres e direitos do marido”, considerado como chefe da sociedade conjugal, função que deveria exercer com a colaboração da mulher (artigo 233 da Lei 3071), mas um outro que concerne ao papel tanto do homem quanto da mulher na constituição da família, ou seja, os cônjuges *compartilham*, igualmente, atribuições e direitos.

CAPÍTULO IX

Da Eficácia do Casamento

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

(...)

Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges:

I - fidelidade recíproca;

II - vida em comum, no domicílio conjugal;

III - mútua assistência;

IV - sustento, guarda e educação dos filhos;

V - respeito e consideração mútuos.

Essa discussão nos faz pensar, portanto, na “imprecisão” de um MCI, demonstrando o quanto ele pode ser *idealizado* e, por isso, simplificado e alterável, em função de mudanças *sociais* e *culturais*. A descrição do código civil é oportuna aqui, além disso, pois mostra como, mesmo a sua versão “atualizada” ainda apresenta um alto grau de idealização. Se considerarmos que essa descrição legal resume mais ou menos o que é considerado “padrão” em termos do casamento, isto é, que representa bem parte do conhecimento que constitui o MCI nesse caso, é fácil constatar que entre o modelo *idealizado* e o que acontece de fato

muitas discrepâncias podem acontecer. Por exemplo, a coabitação e a fidelidade não são padrões em muitos casamentos de que temos notícia. Ou seja, no que tange ao casamento, por exemplo, cada grupo social partilha de informações, que, por algum motivo ou por alguma necessidade, podem vir a sofrer transformações. Em resumo, nosso MCI de casamento muda com o tempo e jamais reproduz exatamente tudo o que estamos preparados a chamar de casamento.

Ao descrever detalhadamente os MCI's, Lakoff (1987.: 68) mostra-nos que essa estrutura conceptual tem quatro princípios estruturadores básicos. O primeiro deles é a **estrutura proposicional**, que especifica os elementos, suas propriedades e as relações que mantêm entre si. Assim concebido, poderíamos reconhecer no modelo idealizado de casamento elementos estruturais como: mulher, marido, filhos, cuja relação envolveria coabitação, fidelidade, assistência recíproca, sustento e guarda e educação dos filhos.

Um segundo princípio estruturador para MCI's é a já comentada **estrutura esquemático-imagética**. Trata-se, em geral, do núcleo pré-conceptual e mais básico do Modelo. No caso do MCI casamento, estaria presente, por exemplo, o esquema de TRAJETO: duas pessoas se deslocam de um ponto **A** em direção a um ponto **B**, isto é, há uma origem, um trajeto a ser percorrido pelo casal, um ponto de referência e um destino, como podemos perceber em construções lingüísticas como “Sempre caminhamos juntos, apesar das dificuldades” ou “Chegou a hora de ir cada um para o seu lado”.

Intimamente associado à estrutura esquemático-imagética está o terceiro princípio proposto por Lakoff e também já comentado, a saber, o princípio dos **mapeamentos metafóricos**, que podem ser compreendidos como as projeções entre domínios estáveis, ou seja, entre MCI's que têm uma estrutura com um certo grau de convergência. Nos termos de Lakoff (1987:114):

os modelos metafóricos são mapeamentos entre modelos proposicionais e/ou esquemático-imagéticos existentes em um domínio para uma estrutura correspondente em um outro domínio.

Nossa experiência com casamento remete-nos, por exemplo, à metáfora conceptual CASAMENTO É VIAGEM. Essa relação é suscitada, uma vez raciocinarmos em termos de duas pessoas, que corresponderiam a viajantes, que têm como finalidade viver unidas, o que corresponderia a viajarem juntas, o que compreenderia a origem do casamento/viagem, o destino e o percurso dos cônjuges/viajantes. Essa metáfora conceptual se reflete em uma construção como “Depois de muitos altos e baixos, chegamos às nossas bodas de ouro”.

São também estruturadores dos MCI's os **mapeamentos metonímicos**, descritos por Lakoff (op. cit.:114) como “modelos de um ou mais dos tipos acima, contendo uma função que associa um dos elementos do modelo a outro elemento desse.”. No caso em exame, a metonímia ficaria evidente ao considerarmos uma expressão como “lar desfeito”, usada em referência ao fim de um casamento; nesse caso *o lar*, um dos elementos do MCI casamento, representaria o MCI como um todo.

Caracterizar essa categoria cognitiva, o MCI, foi condição básica para fundamentar nosso trabalho, uma vez que esses *domínios estáveis do conhecimento* emergem, permitindo construções lingüísticas como as que serão descritas no capítulo 4.

* * *

É com base na perspectiva de linguagem e pensamento apresentada neste capítulo que faremos a análise do fenômeno da personificação no texto acadêmico-formal. Terão importância especial os seguintes constructos teóricos originados nesse modelo: os *esquemas imagéticos*, as *projeções entre domínios*, sobretudo a *mesclagem*, o *princípio da invariância* e os *modelos cognitivos idealizados*. Essa escolha implica na defesa de estudos em que construções lingüísticas e cognição estão, necessariamente, inter-relacionadas.

Antes de aplicar tais categorias à análise dos dados, no entanto, vejamos como o fenômeno da personificação é reinterpretado no modelo cognitivista, e as consequências que essa releitura traz para a compreensão de seu papel no texto acadêmico-formal.

3. VIESES DO FENÔMENO DA PERSONIFICAÇÃO

*Serviremos a metáfora?
Arquivaremos a?*

*Metáfora: instrumento máximo;
CASIRER
A própria linguagem do homem.
ORTEGA Y GASSET
Invenção/translação.*

Murilo Mendes

Neste capítulo, apresentaremos o tratamento dado ao fenômeno da Personificação, tomando como referencial os pressupostos gerais da vertente cognitivista discutidos no capítulo anterior. Enfocaremos sobretudo as proposições de Turner (1996), Lakoff e Turner (1989) e Lakoff (1993), que serão pressupostas neste estudo. Antes de proceder a esse exame das proposições cognitivistas sobre o fenômeno da personificação, julgamos necessário, porém, explorar um outro ângulo pelo qual pode ser visto, qual seja, aquele atravessado pela idéia tradicional de que a personificação se institui única e exclusivamente como um recurso retórico-literário.

A consideração preliminar dessa visão é pertinente por duas razões. Por um lado, prepara o terreno para a exposição da visão cognitivista que, sob muitos aspectos, apresenta-se como contraponto a uma abordagem tradicional. Por outro lado, permite que compreendamos melhor a origem e a penetração de uma idéia convencional muito relevante

para esta pesquisa, a saber, a idéia de que a personificação é um tipo de recurso que, juntamente com outras manifestações de linguagem figurada, deve ser evitado no texto acadêmico-formal, gênero que nos interessa mais de perto aqui.

Depois que tivermos contrastado tal visão tradicional de personificação com aquela que será pressuposta neste trabalho, esclareceremos que, muito ao contrário, esse fenômeno cognitivo pode ser visto como uma estratégia que atende a exigências típicas da construção do gênero de texto que nos concerne aqui.

3.1- Personificação como recurso retórico-literário

A personificação é tradicionalmente concebida como um tipo de metáfora. Nesse sentido, pode-se dizer que a história desses dois conceitos confunde-se sob muitos aspectos. Essa convergência entre os dois conceitos pode ser observada na passagem abaixo, em que o autor claramente os associa:

Há uma infinidade de metáforas constituídas por palavras que denotam ações, atitudes ou sentimentos próprios do homem, mas aplicadas a seres ou coisas inanimadas.: o Sol *nasce*, o dia *morre*, o mar *sussurra*, mar *furioso*, ondas *raivosas*, dia *triste*... É uma espécie de ‘animismo’ ou ‘personificação’. (Garcia, 1975: 84)

Pelo menos desde a Antigüidade Clássica, é recorrente na história do pensamento sobre metáfora a concepção de que se trata de um fenômeno (a) eminentemente lingüístico, (b) restrito a circunstâncias lingüísticas específicas (retóricas e literárias), (c) completamente imprevisível, (d) necessariamente óbvio porque desviante do ordinário, (e) opcional, ornamental, (f) potencialmente nocivo à produção do conhecimento.

Segundo Aristóteles, “A metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra...” (*Arte Poética*, Cap.XXI, 7). Esse modo de pôr as coisas traz em si elementos que permitem derivar a maioria das características tradicionalmente atribuídas à metáfora.

Em primeiro lugar, sugere tratar-se de uma operação eminentemente lingüística: *dar um nome* a uma coisa (que pertence a outra coisa). Aristóteles nada nos diz aqui sobre a relação entre a metáfora, o pensamento e a ação.

Em se tratando do segundo aspecto, nas teorias clássicas, aposta-se em uma fronteira claramente delimitada entre a linguagem figurada e a linguagem do dia-a-dia. Nos termos de Aristóteles, entre o território em que as coisas têm seu nome “de direito” e aquele em que ganham “nomes inusitados”. Esse último território envolveria dois específicos campos: o da Literatura e o da Retórica. No primeiro campo, a metáfora seria utilizada como um processo cujo valor é puramente estético; e, no segundo, como um recurso de caráter persuasivo. Demonstrando convicção quanto a esse caráter retórico-literário dos recursos figurativos, Cícero (1943:245) assevera que:

Entre as figuras que consistem em uma só palavra, não há nenhuma mais eficaz que esta [a metáfora], *nem que comunique mais esplendor ao discurso*. (...).(grifo nosso)

Retomando o terceiro ponto, podemos observar que há também a suposição de que a metáfora é um fenômeno completamente imprevisível. Se a metáfora se institui, como sugere Aristóteles, como um afastamento das correlações “normais” entre nomes e coisas, afasta-se também daquilo que é previsível, esperado. Sob esse ângulo, não haveria qualquer sistematicidade na produção das metáforas, que dependeria dos rasgos de inspirações idiossincráticas de artistas.

O afastamento do “normal” confere à metáfora, na visão clássica, uma outra característica: a obviedade e a auto-evidência. Uma vez que envolve o desvio da linguagem do cotidiano, a metáfora seria sempre facilmente percebida como metáfora pelos falantes. Os processos figurativos teriam formação bastante peculiar, o que sustentaria a idéia de que são expressões lingüísticas discerníveis sem muito esforço.

Um aspecto também recorrente é o que diz respeito ao caráter opcional e ornamental da metáfora. Nessa perspectiva, a metáfora é um ornamento, é um desvio a serviço do Belo, cujo estatuto é periférico. Sob esse ângulo, o falante sempre pode escapar do “desvio”: por exemplo, pode fazer uso da construção “Meu apartamento é pequeno” ao invés de “Meu apartamento é um ovo”, construção considerada como uma opção que, para efeito de clareza, pode ser descartada; devendo, portanto, o falante circunscrever-se ao literal.

Um último aspecto tradicionalmente atribuído à metáfora não pode ser diretamente derivado do fragmento de Aristóteles, mas é também clássico. Trata-se da idéia de que esse processo é fator de obscuridade. Adepto emblemático da vertente que atribui um caráter “nocivo” à metáfora, Locke afirma que há espaço para a linguagem figurada, mas que seu uso deve ser controlado, circunscrito a uma certa região da linguagem – a do deleite, do prazer --; caso contrário, o “erro” e a “fraude” far-se-ão presentes. Assim, atribui-se à metáfora o papel de turvar o raciocínio, induzindo a despropósitos, inviabilizando, pois, a produção do conhecimento. Como o filósofo enuncia em *Ensaio sobre o entendimento humano*, Livro III, Cap. 10:

Já que o engenho e a fantasia encontram maior receptividade no mundo do que a verdade árida e o conhecimento real, as falas figuradas e alusões na linguagem dificilmente são reconhecidas como uma imperfeição ou abuso da linguagem. Reconheço que, nos discursos em que buscamos antes prazer e deleite do que informação e aprimoramento, tais ornamentos não poderiam ser considerados defeitos. Contudo, se formos falar das coisas tal como são, devemos reconhecer que toda a arte retórica, salvo a ordem e a clareza, todas as aplicações artificiais e figurativas das palavras que a eloquência já inventou nada mais fazem do que insinuar idéias erradas, mover paixões e induzir o julgamento em erro, sendo assim consumadas fraudes.

Aludindo a essa mesma característica, Cícero (1943:254) e Hobbes (*Leviathan*, pt1, cap.5) comentam, respectivamente:

Esta figura é grande ornamento do discurso, mas é preciso evitar a obscuridade, porque daqui resulta o que chamam enigmas.

Raciocinar com elas [as metáforas] é errar em meio a um sem-número de absurdos.

Herdeiros dessa concepção, muitos teóricos contemporâneos ainda entendem a metáfora como um fenômeno que interessa à Literatura e à Retórica apenas, sendo potencialmente nocivo ao discurso “objetivo”, ignorando, assim, sua natureza altamente produtiva na linguagem do cotidiano. Nesse sentido, Guiraud em *A Estilística* (1970: 31) diz que “as figuras constituem a base de uma teoria do ‘ornamento’. Distinguem-se o ‘ornamento fácil’ que repousa sobre o emprego de ‘cores de retórica’, isto é, das figuras de construção ou de pensamento, e o ‘ornamento difícil’, caracterizado pelo emprego dos tropos.”.

No que tange à Personificação especificamente (chamada também de prosopopéia por alguns autores), Guiraud (op. cit.:33) a descreve como uma figura de expressão que se relaciona à “narração” – que podemos deduzir literária – e a “personagem real ou imaginário”.

Conforme expõe o lingüista:

A **prosopopéia** consiste em fazer falar personagens mortos ou ausentes, ou até mesmo objetos. Por meio de um processo parecido, podemos interromper a narração para nos dirigirmos a um personagem real ou imaginário, amiúde uma abstração personificada, como o Amor, a Morte, etc.: é o que se chama **apóstrofe**.

Ao se referir à metáfora, Bueno se utiliza do termo “realce de expressão artística”, o que revela, nessa visão, a ênfase no caráter literário e ornamental desse fenômeno. De acordo com o autor:

O que dela (a metáfora) se exige é o sentido translato, figurado, do qual advenha ao estilo, à página escrita, maior rigor expressivo e estético. Nada mais.

Nem o homem comum, que fala despreziosamente, e muito menos o escritor poderão passar sem metáforas. Quanto mais dotado for de imaginação, tanto mais se valerá de tal realce de expressão artística. (1964:145)

Já na abordagem de Perelman e Tyteca, observamos que a metáfora é tratada como instrumento de persuasão. Segundo o ponto de vista defendido pelos autores:

... toda concepção que não lança luz sobre a importância da metáfora na argumentação não pode satisfazer-nos. (...)

Não poderíamos, neste momento, descrever melhor a metáfora do que a concebendo, pelo menos no que tange à argumentação, como uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema. (1996:453)

Nesse contexto, esse recurso é produzido para criar um ambiente de reflexões e, conseqüentemente, de adesão às idéias do orador. Perelman e Tyteca justificam o emprego da metáfora como um fato necessário na retórica, processo esse concebido como forma de expressão eloqüente e elevada, características indispensáveis ao discurso persuasivo.

Tendo em vista o que foi discutido, podemos compreender os motivos que contribuíram, e ainda contribuem, para criar uma certa expectativa desfavorável ao emprego da linguagem figurada em textos de natureza acadêmico-formal, uma vez que há a imposição de uma modalidade textual que limita os campos de uso desses processos figurativos.

3.2– Personificação como recurso cognitivo

Opondo-se totalmente à concepção tradicional acima descrita, encontramos as proposições já clássicas de Lakoff e Johnson (1999, 2002), Lakoff (1987, 1993), Turner (1996), Lakoff e Turner (1989).

Como asseguram Lakoff e Johnson (2002:45):

A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação. Nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Conforme já se antecipou no capítulo anterior, analisar a metáfora do ponto de vista do modelo cognitivista é percebê-la como um fenômeno presente e atuante em todas as situações discursivas que fazem parte do nosso dia-a-dia, contrariando, portanto, a orientação teórica que a considerava como um fenômeno restrito a determinados campos da linguagem. Conforme exposto por Lakoff e Turner (1989:138), “A linguagem metafórica não é algo especial. É linguagem que convencionalmente expressa o conceito do domínio fonte de uma metáfora conceptual.”.

Outro ponto flagrante de distanciamento entre teorias clássicas e o modelo cognitivista concerne à alegada imprevisibilidade do processo metafórico. Sob o ângulo cognitivista, sustenta-se que, nesse processo, há uma sistematicidade, o que o torna, pelo menos, parcialmente previsível. Certamente não é por acidente que compreendemos, por exemplo, TEORIA COMO CONSTRUÇÃO, como podemos perceber nos exemplos “Esse é o alicerce de sua teoria?” e “O argumento caiu por terra.”, em que o fenômeno da metáfora estrutura nosso conhecimento acerca daquele conceito (Lakoff e Johnson, 2002[1980]:107). Lakoff (1993:208-227), por sua vez, assevera que:

O mapeamento, inicialmente, consiste na restrição do uso da linguagem do domínio fonte e padrões inferenciais para conceitos do domínio alvo. O mapeamento é convencional, isto é, é **uma parte fixa de nosso sistema conceptual...** (...)

O ponto relevante a ser considerado nessa discussão é que a metáfora reside em grande parte **num sistema fixo**, altamente estruturado... (grifos nossos)

De acordo com os parâmetros da teoria lingüística tradicional, a metáfora é vista como sempre transparente e óbvia, o que não condiz com a concepção cognitivista. Uma vez ser “onipresente”, ou seja, caracterizado como um fenômeno automático em nosso cotidiano, esse processo, muitas vezes, não é sequer percebido no momento da interação. Tal hipótese é defendida por Lakoff e Turner (1989:136-137):

Nós e outros pesquisadores temos argumentado que a metáfora é um objeto conceptual, freqüentemente inconsciente e que a metáfora conceptual é a base da linguagem diária (...) (...) enquanto a metáfora é tradicionalmente definida como uma espécie de linguagem inovadora, nós a temos redefinido como uma espécie de mapeamento conceptual.

No entendimento dos cognitivistas, a metáfora, enquanto processo mental básico, extrapola a condição de fenômeno ornamental e opcional. O que significa dizer que pode ser tratada como um fenômeno compulsório, como um recurso cognitivo inevitável. Como afirmam Lakoff e Johnson (2002:45-46):

Os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Eles governam também a nossa atividade cotidiana até nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana. Se estivermos certos, ao sugerir que esse

sistema conceptual é em grande parte metafórico, então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora.

Finalmente, numa concepção cognitivista, é possível afirmar que a metáfora caracteriza-se como um fator de iluminação, pois assegura a construção do sentido e do entendimento, bem como a construção do conhecimento humano. A compreensão do mundo e, sobretudo, do próprio homem se dá via metáfora. Esse processo é, portanto, uma evidência de nossa constituição, a tal ponto que se torna pertinente considerá-la como “um mecanismo através do qual compreendemos conceitos abstratos e desempenhamos raciocínios abstratos.” (Lakoff, 1993:244).

3.2.1- O caminho cognitivista na investigação da personificação

Em seus estudos iniciais, Lakoff e Johnson (2002[1980]) dividiram a metáfora em três tipos, quais sejam: metáfora *estrutural*, metáfora *orientacional* e metáfora *ontológica*. Na primeira, teríamos uma sistematicidade na projeção entre domínios conceptuais, em que um conceito (morte, por exemplo) é estruturado a partir de outro (viagem, por exemplo). Na segunda, podemos perceber uma base físico-espacial bastante evidente, por exemplo, a oposição **em cima** (o que entendemos como positivo) e **embaixo** (o que compreendemos como negativo). Essa metáfora conceptual reflete-se em metáforas lingüísticas, respectivamente, por exemplo, “O meu desejo é que você chegue ao topo na empresa.” e “Nosso melhor amigo está *caindo* em depressão.”, que são manifestações das projeções entre o domínio mais concreto do deslocamento do corpo no espaço sobre os domínios mais abstratos da *carreira* e dos *estados emocionais*. Já na terceira, metáfora ontológica, apresentam-se duas vocações, a de coisificar (“A felicidade tem dois lados.”) e a de **personificar** (“O medo falou mais alto.”). É em torno desse último fenômeno cognitivo bastante geral e disseminado, o da personificação, que reside, como já se disse, o nosso

interesse. Segundo Lakoff e Johnson (2002[1980]:87), com efeito, “talvez as metáforas ontológicas mais óbvias sejam aquelas nas quais os objetos físicos são concebidos como pessoas.”

A Linguística Cognitiva promove assim uma mudança radical de perspectiva na investigação da personificação, pois, conforme expusemos, não é mais possível conceber esse fenômeno como uma figura de linguagem presente tão somente em textos de natureza retórica e literária. Rompendo com o modelo objetivista da linguagem, Lakoff e Johnson concebem a metáfora – processo de natureza cognitiva – como o centro das considerações.

De acordo com esses teóricos (2002[1980]:87), a personificação é um processo altamente presente no cotidiano e “... nos permite compreender grande variedade de experiências concernentes a entidades não-humanas em termos de motivações, características e atividades humanas.”. Daí, teríamos “A inflação não tem pena dos brasileiros, tira-lhes até o básico.”, um exemplo em que uma entidade abstrata não humana é entendida como uma pessoa. Segundo os autores, há, na verdade, nesse caso, uma especificação da personificação, qual seja: INFLAÇÃO É UM ADVERSÁRIO.

A metáfora INFLAÇÃO É UM ADVERSÁRIO, portanto, gera e justifica ações econômicas e políticas por parte do nosso governo: declarar guerra à inflação, estabelecer metas, pedir sacrifícios, instalar uma nova cadeia de comando etc. (op.cit.: 88)

Segundo Lakoff (1993:243), a metáfora se realiza de formas variadas, tais como em *cartoons*, em trabalhos literários, em interpretação de sonhos, em mitos, em sintomas físicos, em instituições sociais, em formas de discurso, em corporações, em estados (nações). Esses dois últimos exemplos chamam nossa atenção, tendo em vista que as CORPORAÇÕES são compreendidas como pessoas e o ESTADO é assim também interpretado. Esse entendimento torna possível construções como “É de responsabilidade da corporação X...”, “Estado forte”, “Estado fraco”. Há, por conseguinte, informações peculiares a pessoas que, através de nosso sistema conceptual, são projetadas nos domínios de CORPORAÇÃO e ESTADO.

Há que se pensar que ao atribuirmos “autoria” a idéias, a instituições, a ações, a hipóteses..., estamos evocando *micro-narrativas* (Turner, 1996) essenciais à construção do conhecimento. Em “A recessão está vindo a mim e me martelará ao chegar aqui, irá me acertar até me deixar em pedaços.”, Turner explica que “... o ator na história fonte é projetado em um evento, a recessão.” (1996:45).

Nesses termos, e como deve ter ficado claro já no capítulo anterior, a imaginação não pode ser entendida como um aspecto acidental – muito embora os teóricos clássicos assim a reconheçam. Ao contrário, a imaginação assume um papel nuclear no processo de construção do sentido.

Para Turner, essas proto-narrativas são, assim como outros traços genotípicos, fundamentais para o desenvolvimento da mente humana. Ou seja, há sempre uma história por trás de nossos atos. Quando uma micro-narrativa se projeta, uma construção humana se realiza. Nas palavras do autor:

A narrativa imaginativa, freqüentemente pensada como literária e opcional, aparece em vez disso inseparável de nossa evolução e de nossa experiência pessoal. Ou seja, narrativa, evolução e experiência, em conjunto, são fundamentais para o desenvolvimento da mente humana. (op. cit.: 25)

Não seria possível, porém, neste ponto, avançarmos na discussão acerca das projeções, sem antes nos ocuparmos de um outro conceito cognitivista que com esse fenômeno tem estreita relação: o conceito de *Mescla*. De acordo com Turner (1996:76), a personificação talvez seja a mais completa consequência da *Mescla*. Em se tratando desse fenômeno, os domínios *fonte* e *alvo* não capturam todas as informações relevantes. Há, por conseguinte, a necessidade de um *domínio-mescla*, espaço em que muitas inferências podem ser construídas. Nos termos de Turner (1996:60):

A mescla tem domínios. Há projeção parcial dos domínios para a mescla. (...) Decisivamente, a mescla pode desenvolver uma estrutura emergente própria.

Um dos exemplos do autor é a personificação da Morte: “A horrenda ceifeira”. Devemos pensar, então, nos domínios evocados por essa construção. O primeiro deles (*input 1*) é o domínio *Morte* no sentido biológico. Um segundo domínio (*input 2*) é o da *Ceifa*. Ambos os domínios suscitam o esquema imagético de TRAJETO, cujos elementos estruturais são: origem, destino, ponto de referência, trajetora e energia. E aqui surge o *Espaço genérico* -- a proto-narrativa nos termos de Turner --, espaço de convergência entre os dois *inputs* (*Morte biológica* e *Ceifa*), que se projetam para um quarto domínio que é o *domínio-mescla*: “A horrenda ceifeira”.

Retomando a noção de compatibilidade entre os esquemas imagéticos, vale lembrar que nem toda projeção é “permitida”. Lakoff (1993:231) observa que a morte não pode ser **personificada**, por exemplo, como *professor* ou como *carpinteiro*, uma vez que o evento (morte) deve ser entendido como agente (ceifeiro) que causa *destruição*: ação em que uma entidade passa a não mais existir. Nesse sentido, o *princípio da invariância* possibilita explicar a aceitação de *devoradora*, de *ceifeira* e não de *professor*, de *carpinteiro*: nos mapeamentos, esses não preservam a mesma estrutura do evento; não partilham, portanto, da estrutura do esquema imagético.

No entendimento de Lakoff e Turner (1989:15), “muitas *personificações* metafóricas da morte derivam de metáforas conceptuais básicas.”. Por exemplo, “Morte é ida para destino final”, “Vida é dia” e “Morte é noite”, “Pessoas são plantas”. Uma outra metáfora conceptual básica para a morte é “Viver é lutar”, metáfora que nos permite compreender construções como “O doente está perdendo a batalha”. Nesse embate, em que domínios como *combate*, *competição*, *jogo*... estão envolvidos, há um adversário que pode ser personificado como morte. Nos termos de Lakoff e Turner (op. cit.:17):

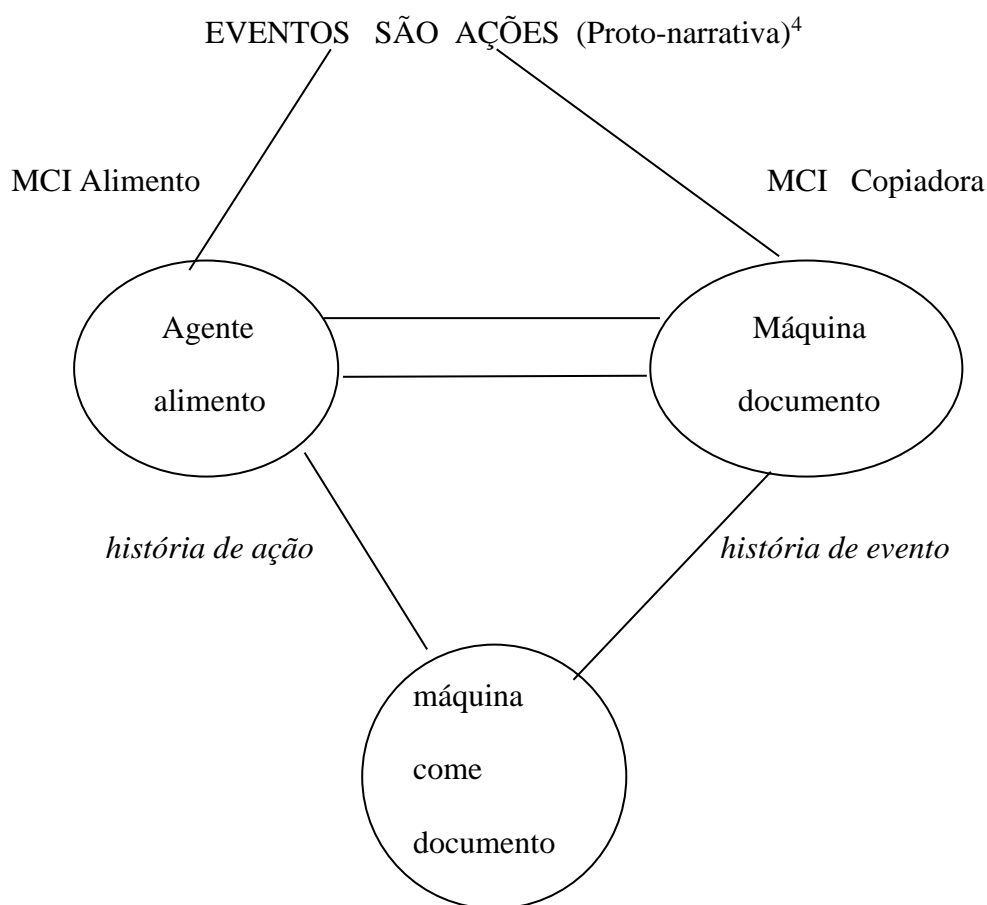
As estruturas de metáforas básicas fornecem papéis que podem servir como fontes de personificações. Isso significa que é necessário não separar metáforas personificadas para descrever esses casos, isso explica também por que as personificações da morte estão todas

elas subordinadas para servir uma à destinação final, ou a agentes que causam morte, ou a ambos.

Além disso, a fim de evidenciar a relevância da personificação para nosso sistema conceptual, acrescentam os autores:

A personificação permite-nos usar nosso conhecimento a respeito de nós mesmos para um efeito mais eficaz, para usarmos nossa percepção sobre nós mesmos a fim de nos auxiliar na compreensão de coisas como forças da natureza, eventos comuns, conceitos abstratos e objetos inanimados. (op. cit.: 72)

Um outro ponto relevante para o qual atenta Turner (1996) é o que tange a um *padrão geral de projeção* EVENTOS SÃO AÇÕES, já mencionado no capítulo anterior, no exemplo da mescla ensino/parto. Essa *parábola* viabiliza a projeção de histórias espaciais de ação em histórias espaciais de evento, tal como em “A máquina de duplicação engoliu o documento”. Nesse exemplo, o ator da ação corpórea projeta-se na máquina de duplicação.



⁴ Construção formalizada por MIRANDA, N. S. (UFJF -- 1.º semestre/ 2002).

Nessa construção, um evento foi transformado em ação. Contudo, para que isso possa ocorrer, é necessário que haja um princípio de identidade, de homologia, isto é, uma estrutura compatível de esquema imagético. Podemos perceber, portanto, a existência de uma proto-narrativa que viabiliza a convergência entre os dois domínios. Isso posto, cabe lembrar que a metáfora emblemática EVENTOS SÃO AÇÕES, proposta por Lakoff e Turner, projeta-se em uma outra metáfora: EVENTOS SÃO ATORES (saliente quando dizemos, por exemplo, *A guerra está tirando muitos pais e maridos de casa*). E é exatamente nesse viés que figura a projeção da personificação, o que nos remete à parábola – proto-narrativa projetada em todo e qualquer evento do cotidiano -- como mecanismo cognitivo central.

Ao investigar construções como essas temos que pensar em uma rede, isto é, em uma integração de todos esses domínios e precisamos pensar também que elas emergem de um conjunto de regularidades; não sendo, pois, aleatórias e/ou assistemáticas. Cabe ressaltar ainda que pensar essas categorias é pensar no redirecionamento do tratamento dado ao fenômeno da personificação, atentando-se para o fato de que esse processo está altamente presente no discurso, no pensamento cotidiano, ultrapassando, pois, o domínio do texto retórico-literário.

3.3- A personificação no texto acadêmico – personificar para impessoalizar

Assumindo o enfoque cognitivista dado à personificação, não se sustenta a idéia de que esse fenômeno deva ou possa ser evitado em textos acadêmico-formais, visto seu caráter conceptual, compulsório e ubíquo. Assim, tentar restringi-lo a certas áreas do conhecimento é, sem dúvida, não reconhecer a grande amplitude de seu escopo, no sentido de que esse fenômeno pode encontrar-se presente em textos de variadas naturezas.

Em textos dissertativos – sejam argumentativos, informativos, científicos ou acadêmicos –, notamos, por exemplo, que há uma preocupação, por parte de estudiosos e de

redatores, com a questão da *impessoalização*. E é exatamente essa característica que diferencia o mundo comentado do mundo narrado. A criança bem serve de paradigma para esse aspecto, na medida em que aprende ouvindo e contando histórias para, posteriormente, “dissertar”, comentar o mundo que a rodeia. A narrativa, portanto, é o discurso mais básico e mais natural para o ser humano, é a linguagem do envolvimento. A dissertação, ao contrário, é a linguagem do afastamento, da *impessoalização*, ponto de vista esse defendido por Kleiman (1992:17):

Já na estrutura expositiva, ao contrário da narrativa, a orientação temporal é irrelevante, impossível de ser especificada, ou restritiva demais. Pode-se dizer que a ênfase é temática, está nas idéias e não nas ações. Assim também os agentes das ações não são tão relevantes do ponto de vista da organização dos componentes; uma estrutura expositiva está organizada em componentes ligados entre si por diversas relações lógicas: premissa e conclusão, problema e solução, tese e evidência, causa e efeito, analogia, comparação, definição e exemplo.

Ancorado nessa mesma concepção, encontramos Bronckart (1999:161). De acordo com esse teórico, no mundo do EXPOR, há uma “autonomia absoluta, abstraindo-se de toda instância de agentividade.”. Não se dispõe, pois, de expressões lingüísticas que possam se referir ao *agente-produtor* desse gênero. Posteriormente, contudo, ao aludir ao discurso teórico, o autor declara que, conquanto, em sua composição, pareça realmente autônomo em relação ao agente, isso não se dá plenamente.

O discurso teórico, portanto, tende à autonomia, sem jamais atingi-la verdadeiramente, e, portanto, com uma análise mais refinada do que a que propomos, poderíamos distinguir diferentes graus de autonomia do discurso teórico. (1999:191)

Tendo como situação discursiva específica o texto de natureza dissertativa, explicitaremos as estratégias típicas da *impessoalização*. Dentre as formas lingüísticas que fazem parte da organização desse gênero, são recorrentes os *sujeitos indeterminados*, as *passivas* (ABREU, 2000:51-52), os *pronomes de primeira pessoa do plural* (BASTOS, 1988:117) e as *nominalizações* (KLEIMAN, 1993:96).

Uma forma de impessoalização bastante recorrente é o uso do pronome de primeira pessoa do plural. E aqui cabe recuperar o trabalho de Bastos (1988). Para a autora, há que se tratar do “nós” como um recurso de cunho impessoalizador de um lado; e, do outro, como *plural de modéstia*, cujo emprego sinaliza uma efetiva participação do produtor do discurso. Na citação abaixo, a lingüista analisa o texto “A vida das idéias” de José Guilherme Merquior (*O Globo*, 06/12/87):

Num segundo momento do sétimo parágrafo, o autor volta a tratar de sua atividade de colunista e retoma, mais uma vez, o plural de modéstia; ‘tanto mais razões para analisarmos os pressupostos das posições ideológicas...’. Note-se, no entanto, que assim como o ‘discutiremos’ do quinto parágrafo, esta utilização da 1ª pessoa do plural caminha na direção da impessoalização: semanticamente ‘analisarmos os pressupostos’ poderia ser parafraseado por formas passivas sem a nomeação do agente como ‘analisarem-se os pressupostos’ ou ‘os pressupostos serão analisados’. Este tipo de emprego da 1ª pessoa do plural, muito comum em textos científicos e acadêmicos, distancia-se do plural de modéstia tradicionalmente descrito. (1988:117)

Pereira (1997), em seu estudo “Debate e Réplica no Discurso Acadêmico Escrito em Lingüística: Estratégias de Proteção, de Destruição e de Recuperação da Face”, analisou dois textos teóricos com a intenção de mostrar e discutir as estratégias de polidez/impolidez das quais se utilizaram os autores. A pesquisadora cita dois recursos lingüísticos empregados por Tarallo (1986:129) em “Zelig: um Camaleão Lingüista”, com a finalidade de *impessoalizar* o texto. O primeiro exemplo é “O argumento central do presente trabalho é, em síntese, uma proposta...”, em que o lingüista faz uso da terceira pessoa.

Os recursos são representativos da manifestação de estratégias de polidez negativa de minimização da imposição e de impessoalização do falante e ouvinte. Tais estratégias funcionam como forma de proteção de sua face em relação a críticas futuras dos pesquisadores, bem como de proteção da face do ouvinte, “dando-lhe opção de não fazer”. Afinal, trata-se de uma proposta para a comunidade científica, não de uma imposição. (Pereira, 1997:219)

Um segundo recurso de que se vale Tarallo é o processo de referenciação, que, nesse caso, configura-se como uma estratégia de impessoalização, em que o teórico apresenta “Nossa personagem” e “o historiador da lingüística” como formas de indefinição do agente-autor:

Estão aí, portanto, focalizadas diferentemente as faces dos grupos de pesquisadores. Enquanto o autor mostra simpatia com o segundo grupo, manifesta sua abordagem crítica em relação ao primeiro, embora atenuada pelo emprego de “historiador”, “personagem” (formas de impessoalização) e atribuição da crítica a outros. A diferenciação de estratégias protege, por um lado, a face positiva dos funcionalistas e, por outro, a face negativa dos gerativistas. (Pereira, 1997: 222)

Ainda quando se trata de neutralização do agente, podemos lançar mão de um outro procedimento lingüístico: a nominalização. Como mostra Kleiman:

Um outro processo que também pode ser foco de análise crítica é a transformação de ações em nomes, através do processo de NOMINALIZAÇÃO, como em ‘A dívida com o governo do Estado é de Cr\$400 milhões’ construção que apaga os participantes, neste caso o agente, quem está devendo, e o tempo em que a ação aconteceu, isto é há quanto tempo se está devendo. (1993:96)

Considerando um outro exemplo do mesmo processo, “A ajuda financeira não chegou no tempo esperado.”, verificamos a subfocalização do agente no processamento da nominalização. O verbo “ajudar” foi nominalizado – ajuda --, pois, uma vez não ser relevante o agente, ele não é tópico. Houve, na verdade, uma transferência do individual para o genérico. Dessa forma, não podemos pensar apenas em uma mudança de categoria gramatical: a transposição de verbo para nome.

Conquanto a personificação não seja tradicionalmente vista como uma estratégia de *impessoalização*, é nesse contexto que esse fenômeno configura-se como tal na arquitetura dos gêneros dissertativos, o que, em princípio, pode parecer paradoxal. Se na narrativa, a presença de “atores” é uma constante; na dissertação, o que se percebe é uma tendência ao “apagamento” do agente. Resulta dessa observação que esse mecanismo de substituição da idéia verbal e sua função nos gêneros dissertativos permitem-nos compreender de modo mais claro o fenômeno da personificação enquanto estratégia discursiva.

3.4. Personificação no texto acadêmico: metáfora ou metonímia?

Low (1999), ao discutir a construção “*This paper thinks...*” (“Este ensaio pensa...”), levanta um questionamento, a saber: trata-se de metáfora (uma criação de “animação”) ou de

metonímia (o produto pelo produtor)? Conforme exposto pelo autor (1999:223), caso a preocupação do escritor seja com a busca de um verbo (acreditar, pensar, pretender) para acompanhar a expressão nominal ESTE ENSAIO, então, teremos representada a humanização do ensaio, o que sugere o uso da metáfora UM ENSAIO É UMA PESSOA. Porém, se considerarmos o segundo processo, constataremos a presença de uma estratégia para reduzir a subjetividade, ou seja, uma estratégia de impessoalização. De acordo com o teórico:

Se ela/ele (escritora/escritor) receia sua própria referência, na forma de **eu (penso)**, que esse uso conduziria inapropriadamente a um estilo ‘subjetivo’ ou ‘pessoal’, então ela/ele pode preferir mencionar o produto resultante (**o ensaio**), ao invés de o autor (**eu**). Nesse caso, a produção de expressões como **Este ensaio pensa** não é criação de animação, mas parte de uma estratégia para evitar ou reduzir a subjetividade. Esse uso de uma frase nominal menos subjetiva para substituir uma mais subjetiva pode ser classificado como metonímia... (1999:223)

Na perspectiva de Low (1999:223), com a qual concordamos aqui, não há necessidade de decidir se estamos diante de metáfora ou de metonímia. Para ele, o ideal seria trabalhar com os dois processos interligados. Em face disso, argumenta que podemos pensar na metáfora em termos gerais, processo figurativo que poderia abarcar inclusive a metonímia: “a metáfora ocorre quando X é tratado até certo ponto (mas não completamente) como se fosse Y”.

Além disso, o autor explora a estrutura da metáfora UM ENSAIO/UM ARTIGO É UMA PESSOA, procurando responder que informações de *pessoa* podem ser transferidas para trabalho acadêmico e que fatores intrigantes envolvidos merecem ser objeto de estudo. Essa discussão, vale registrar, nos remete diretamente a uma categoria importante e já abordada aqui da teoria cognitiva acerca da metáfora: o Princípio da Invariância. Nos termos de Low:

Assumindo que *pode* ser válido identificar UM TEXTO É UM ORGANISMO e UM ENSAIO ARTIGO ACADÊMICO É UMA PESSOA como a metáfora básica *Este artigo pensa*, podemos perguntar que aspectos humanos podem ser (e são) transferidos para ensaio e quais deles são suficientemente problemáticos para desencadear esta pesquisa? (1999: 225)

Low (op. cit.: 237) retoma um aspecto mencionado na introdução de seu artigo, qual seja: não é de todo claro que exemplos de personificação seriam classificados como metáfora ou metonímia. O autor observou que, em se tratando de personificação, somente 17 de 26 reações são examináveis. Dessas, 14 focaram o verbo, somente 3 focaram a frase nominal *Este artigo*, o que corresponde dizer que a personificação está sendo interpretada como metáfora. E finaliza uma das seções, observando que “metáfora e metonímia estão na prática intimamente ligadas.” (237).

Lakoff e Turner (1989), nas seções “Metonímia” e “Interações de Metonímia com Metáfora”, conquanto salientem as diferenças entre os dois fenômenos, constatam que há entre ambos uma complexa relação, ou seja, é possível que esses dois processos estejam presentes em uma mesma construção, o que corrobora com a Vertente Cognitivista, em que as projeções entre domínios são fundamentais para o conhecimento humano. Nos termos dos autores, “Uma das razões por que a metáfora e a metonímia são às vezes confundidas é que elas podem interagir em complexos caminhos para o campo da composição.” (1989:104). E, ao mencionarem a composição *Old Norse Kennings*, afirmam que os “Kennings são um exemplo extremo de como a metáfora e a metonímia podem interagir para formar uma interpretação unificada.” (1989:106). Ao analisarem uma passagem dessa obra, Lakoff e Turner mostram que em um mesmo dístico mapeamentos metonímicos podem evocar mapeamentos metafóricos, constituindo uma unidade de construção.

* * *

Nesse ponto, verificamos necessária a reiteração de nosso entendimento no sentido de que não só a metáfora, mas também a metonímia constituem processos figurativos que abrangem o fenômeno da personificação. Esse imbricamento entre metáfora e metonímia possivelmente contribuirá para a busca de uma explicação mais clara para a ocorrência freqüente da personificação em textos acadêmico-formais, nos quais, como esperamos ter

deixado claro, esse processo lingüístico-cognitivo desempenha um papel central enquanto mecanismo de “apagamento” do autor.

4. ANÁLISE DE DADOS

*O que é isto? eu dizia
como quem se ajeita pra melhor fruir
Fruir o quê?*

Adélia Prado

Uma vez discutido o lugar do processo da personificação em textos de natureza acadêmico-formal, objetivamos, neste capítulo, investigar e descrever estruturas lingüístico-conceptuais presentes em situações aceitáveis e em situações inaceitáveis do referido fenômeno. Antes, porém, apresentaremos uma descrição dos principais MCI's mobilizados nas construções em análise, a saber, o MCI de *Pessoa* e o MCI de *Produção intelectual*.

4.1. MCI PESSOA

4.1.1 – Princípios estruturadores

Nossa abordagem incorpora, evidentemente, o MCI Pessoa, base da compreensão do fenômeno sob investigação aqui. Conforme explicado na seção 2.1.3, um MCI possui quatro tipos de princípios estruturadores: estrutura proposicional, estrutura esquemático-imagética, mapeamentos metafóricos e, finalmente, mapeamentos metonímicos. Identificando-se a incidência desses princípios no caso do MCI Pessoa, chegamos a uma caracterização do referido modelo, essencial para a compreensão do fenômeno em foco neste trabalho.

Do ponto de vista da **estrutura proposicional**, o MCI Pessoa parece ser uma clara instância do que Lakoff chamou de “modelos conglomerados” (*cluster models*); para o autor, nesse tipo de MCI,

...um conjunto de modelos se combina para formar um conglomerado complexo que é psicologicamente mais básico do que os modelos tomados individualmente. (1987:74-76)

Lakoff ilustra essa categoria com o exemplo do MCI *mãe*, que congregaria vários modelos, a saber: o modelo *genético* (“a fêmea que contribui com o material genético é

mãe”); o modelo da *criação* (“a fêmea adulta que cria a criança é a mãe”); o modelo matrimonial (“a esposa do pai é a mãe”) e o modelo genealógico (“a ancestral fêmea mais próxima é a mãe”) (Lakoff, 1987: 74).

Aplicando o mesmo raciocínio ao caso do MCI Pessoa, podemos chegar aos seguintes modelos conglomerados, que constituem a sua estrutura proposicional, isto é, nossa compreensão idealizada das propriedades e relações envolvidas no conceito de Pessoa: o submodelo *físico-biológico*, o *moral/deôntico/volicional*, o *cognitivo/epistêmico*, o *interacional*, o *lingüístico* e o *psico-emocional*. Abaixo esboçamos uma descrição desses submodelos, mas antes de considerá-los é preciso fazer uma ressalva importante: nossos MCI's são conhecimentos culturais acumulados que não necessariamente acompanham as descobertas científicas acerca daquilo que modelam; com efeito, freqüentemente as contrariam. No caso do MCI Pessoa, isso parece ocorrer: do ponto de vista da teoria científica que adotamos neste trabalho, as dimensões físico-biológica, moral/deôntica/volicional, cognitiva/epistêmica, interacional, lingüística e psico-emocional estão intimamente relacionadas; isso não impede, no entanto, que tais dimensões sejam *culturalmente* compreendidas como *subpartes* relativamente separadas em um MCI do tipo “conglomerado”. Acrescente-se a isso que a caracterização do que seja Pessoa, ou Ser Humano, é um problema filosófico clássico, não sendo nossa pretensão fazer justiça à complexidade da discussão que suscita.

Com isso em mente, vejamos uma caracterização possível para *alguns* dos submodelos do MCI Pessoa:

- Submodelo físico-biológico: uma pessoa é um ente mortal, bípede, bímano, mamífero, pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva. É dotado de sensações e se desloca no espaço físico, manipulando-o, modificando-o e funcionando tipicamente como

o AGENTE de ações variadas. Diferencia-se dos demais entes da mesma espécie por possuir atributos físicos particulares, como cor de cabelos, olhos etc.

- Submodelo moral/deontico/volicional: toda pessoa é sujeito de vontades e desejos e também de mecanismos de regulação desses impulsos volicionais; reconhece ao lado das vontades, que a levam a pedir, impor, exigir etc., os deveres e direitos, que a tornam capaz de permitir e proibir e/ou assujeitar-se a ou transgredir permissões e interdições etc.
- Submodelo cognitivo/epistêmico: uma pessoa é um ente capaz de pensar, raciocinar, ponderar, duvidar, fazer avaliações e estimativas sobre o curso dos acontecimentos, generalizar, imaginar, comparar, discernir, levantar questões e procurar respostas para elas etc.
- Submodelo interacional: uma pessoa é um ser social, ou seja, existe/é em relação ao outro; interage de infinitas maneiras com o outro, de forma harmoniosa ou conflituosa: ajudando, mostrando, seduzindo, defendendo, atacando, dividindo, roubando, divertindo-se etc.
- Submodelo lingüístico: uma pessoa usa articuladamente um sistema de sinais e símbolos lingüísticos empregados pelo homem no seu trato social; comunica-se verbalmente com o intuito de passar informação, de persuadir, de aconselhar, de mentir etc.
- Submodelo psico-emocional: uma pessoa tem uma vida psíquica e temperamento próprios, comove-se, apaixona-se, odeia, alegra-se, entristece-se, entedia-se, é otimista ou melancólica etc.

Na base do MCI Pessoa, cuja estrutura proposicional é parcialmente descritível nos termos do *conglomerado* de representações culturais acima descritas, comparece o segundo princípio estruturador de MCI's, qual seja, o nível **esquemático-imagético**. Acompanhando Turner (1996), acreditamos que a estrutura imagética pré-conceptual que organiza em seu nível mais básico o MCI Pessoa tem a ver com a noção de *agentividade*, aspecto central do modelo biológico acima resumidamente descrito. Conforme tivemos oportunidade de ver no capítulo 2, o conceito de esquemas imagéticos confunde-se em certa medida com o conceito de *proto-narrativas* proposto por Turner, atentando-se para o fato de que essas têm seu sentido “ampliado”, uma vez que transcendem a dimensão meramente corporal, mais proeminente nos esquemas imagéticos propostos por Johnson. Tais proto-narrativas envolveriam centralmente, sob o ponto de vista oferecido por Turner, a atividade de um *agente* ou *ator*, o que fica claro na seguinte passagem:

Pequenas histórias espaciais envolvem eventos e objetos. Reconhecemos alguns desses objetos como atores animados. (...) Objetos prototípicos podem ser movidos. Objetos que são atores prototípicos são capazes de se mover e de moverem outros objetos. (1996:20-21)

Em um nível bastante básico, portanto, identificamos pessoas como agentes em pequenas histórias espaciais. Conforme Turner observa, no entanto, a agentividade é aí tipicamente compreendida como agentividade *mental* e *intencional*, o que traz para esse nível cognitivamente bastante básico aspectos dos submodelos cognitivo/epistêmico e moral/deontico/volitional. Um exemplo oportuno aqui é dado por esse autor (op. cit.: 60), em uma análise que faz da parábola do boi e do asno, na qual uma *mescla* ocorre, viabilizando a *personificação* desses animais. Nessa parábola, ao ver o boi sobrecarregado de trabalho, o asno lhe sugere que diga ao seu dono que está doente, para se livrar das tarefas diárias que lhe cabem. Tendo ouvido a conversa entre os dois animais, o fazendeiro acaba por poupar o boi do esforço diário, transferindo-o inteiramente para o asno. Vale salientar que essa narrativa

encontra-se situada na história das *Mil e Uma Noites*, em que o pai de Sherazade conta a parábola do boi e do asno para a filha, na tentativa de persuadi-la a abandonar o seu plano de impedir, com suas histórias, a sua própria morte e a de outras mulheres pelas mãos do rei.

Conforme resume Turner a respeito desse exemplo:

A mescla espacial incorpora intencionalidade, planejamento, fala, previsão e surpresa associada ao domínio alvo. O resultado é uma mescla impossível com animais que são simultaneamente besta de carga e agentes intencionais com sofisticadas capacidades mentais.

Ao referirmo-nos à projeção de histórias espaciais envolvendo agentes intencionais para outros domínios por meio da personificação, estamos já adentrando o terreno do terceiro tipo de princípio estruturador de MCI's, a saber, o dos **mapeamentos metafóricos**. Como já deve estar claro, o MCI Pessoa figura em relação de projeção metafórica com muitos outros MCI's, funcionando em tais projeções como domínio FONTE. Mas que metáforas nos permitem compreender PESSOA enquanto domínio ALVO? Há, sem dúvida, muitas metáforas que nos permitem compreender o que seja PESSOA; uma das mais comuns é **PESSOAS SÃO PLANTAS**. Nesse caso, conceitos como **concepção, nascimento, crescimento, reprodução, estado de desequilíbrio e morte**, corresponderiam, respectivamente, a **conceitos como semear, desabrochar, maturação, florescência, decomposição**; produzindo uma estrutura semelhante em termos de graus de desenvolvimento.

Há, ainda, por fim, os **mapeamentos metonímicos**. Neles, como vimos, as projeções se realizam dentro de um mesmo domínio, isto é, irradiam-se em um mesmo MCI. No caso do MCI Pessoa, uma das projeções metonímicas mais comuns e mais relevantes para este estudo é a metonímia PRODUTOR PELO PRODUTO, a qual nos permite compreender o PRODUTOR a partir de sua produção, conforme se verifica em “O café mineiro tem assinado vantajosos contratos de exportação com o Canadá.”. Nessa construção, o que importa não é o

nome do produtor, mesmo porque são inúmeros, o que realmente interessa é o que ele produz.

Um outro nível de mapeamento metonímico importante concernente ao MCI Pessoa segue justamente o caminho inverso: PRODUTO PELO PRODUTOR, como se verifica em “Ele está usando um *Pierre Cardin*.”, em que relevante é a informação acerca de quem produz, uma vez que estamos tratando de um referente conhecido e de renome.

* * *

Ao caracterizar os princípios estruturadores concernentes ao MCI Pessoa acima apresentados, revelamos o seu papel crucial na conformação do nosso objeto de pesquisa e chegamos com mais clareza à compreensão de como se processa o conhecimento do homem acerca de sua existência no mundo.

4.1.2 – A linguagem associada ao MCI Pessoa

Gostaríamos de complementar a caracterização do MCI Pessoa com uma especificação de itens lexicais⁵ associados sistematicamente a cada um dos submodelos componentes descritos acima, já com foco específico naqueles que apareceram em nosso *corpus*. Vamos nos concentrar nos verbos, que concentraram em nosso corpus as marcas da personificação (uma lista mais exata e exclusiva com os itens que compareceram no *corpus* encontra-se na seção 4.3.2). Esse detalhamento não é necessário em qualquer descrição de MCI, mas em nosso caso é condição básica para compreendermos as instanciações do fenômeno por nós eleito, como se verá adiante.

Submodelo físico-biológico: fazer, usar, utilizar, partir, sair, procurar, trazer, sofrer, valer-se de, agrupar etc.

⁵ Limitar-nos-emos a enumerar itens lexicais assim como tradicionalmente compreendidos, mas temos consciência de que essa é uma estratégia limitada, sobretudo em face de desenvolvimentos cognitivistas recentes que salientam a necessidade de reconhecê-los enquanto *construções* numa rede complexa de pares forma-sentido que em muito excedem a *palavra* em sua compreensão convencional (cf. Golberg, 1995; Mandelblit, 1997).

Submodelo moral/deôntico/volicional: pecar, discriminar (des)respeitar, permitir, possibilitar, admitir, impor, aceitar, exigir, possuir intenção de etc.

Submodelo cognitivo/epistêmico: considerar, comprovar, ignorar, pressupor, analisar, fazer idéia, ter dificuldade em admitir etc.

Submodelo interacional: ajudar, propor, apontar, mostrar, defender, dedicar-se, influenciar etc.

Submodelo lingüístico: falar, expressar-se, dizer, sugerir, citar, afirmar, descrever etc.

Submodelo psico-emocional: sofrer.

Vale relembrar que a ocorrência da personificação é praticamente ilimitada, dado seu caráter cognitivamente básico, conforme vimos na seção 3.2.1. Considerando, pois, nosso nível de descrição, e por razões que ficarão mais claras a seguir, é importante enfatizar a vocação à polissemia e à vagueza dos itens lexicais associados a esse campo experiencial. Isso quer dizer, portanto, que tais expressões, muitas vezes, ultrapassam sua associação exclusiva com diferentes submodelos dentro do MCI Pessoa – e, o que é mais importante, com o próprio MCI Pessoa, a não ser talvez em um nível muito básico. O exemplo talvez mais claro disso é o verbo **fazer**: dada a centralidade cognitiva da idéia de agentividade humana, é razoável supor que em um nível muito básico associamos ao ser humano a capacidade de criar, fabricar ou manipular o mundo de um modo geral. Mas o fato de que a agentividade e a capacidade humana de *fazer* são projetadas para tantos outros domínios conceptuais explica por que, enquanto elemento sinalizador de personificação, o verbo *fazer* apresenta um alto nível de opacidade.

Em decorrência de seu grau de generalização, esse verbo tem o seu significado dilatado, a ponto de, em uma locução verbal, poder ser de fato “apagado”, como se verifica abaixo:

fazer massagem: massagear;

fazer uma pintura: pintar;

fazer desenho: desenhar etc.

O mesmo se pode dizer do aparecimento desse verbo em construções como *fazer com que*, nas quais sinaliza apenas a idéia geral de causalidade. Em situação análoga estariam verbos como *procurar* (“esvaziado” a ponto de significar apenas *tentar*); *partir* (convertido em algo como *ter início ou origem em*); *trazer* (associado à idéia de conseqüência), e assim por diante.

Por outro lado, esse estatuto de generalização, de vagueamento não se aplica, por exemplo, a verbos como **crer** e **afirmar**, que convergem para o MCI Pessoa com maior exclusividade – essa inflexibilidade comprova justamente a vitalidade maior desses termos como sinalizadores de personificação. Ou seja, há uma certa “dissonância” entre esses itens lexicais: opacidade em relação a alguns termos e transparência em relação a outros. Tal fato corrobora a interpretação do nosso fenômeno: há itens lexicais mais “fiéis” e menos “fiéis” ao MCI Pessoa.

* * *

Se, conforme já dissemos, a linguagem é uma conseqüência de um processo cognitivo básico (a projeção entre domínios); então, julgamos de grande relevância para o presente trabalho a realização do detalhamento do MCI Pessoa e a observância do “comportamento” de itens lexicais que a esse modelo se associam. Passemos agora ao outro MCI em jogo no fenômeno específico que anima este estudo, o MCI Produção Intelectual.

4.2. MCI DE PRODUÇÃO INTELECTUAL

Como nossa análise incide em construções que se realizam sobremaneira em textos acadêmico-formais, deter-nos-emos no MCI Produção intelectual. Esse modelo se articula a partir de uma **estrutura proposicional**, cuja composição poderia ser descrita como

compreendendo, entre outros, os elementos descritos abaixo. Nosso conhecimento idealizado acerca da produção intelectual envolveria então os seguintes itens estruturais:

Pensador: autores, filósofos, cientistas etc.

Objeto: fenômeno, dados, exemplos, fatos, categorias, elementos.

Trabalho: estudo, pesquisa, exame, análise, trabalho etc.

Procedimentos de investigação: hipóteses, premissas, postulados, problema, questões, pesquisa, exame, estudo, inferências, exploração, busca, reconhecimento, indagação, argumentos, análise, discussão, debate, prova, comprovação, método, esclarecimento, registro etc.

Resultados: teorias, teses, descobertas, dedução, conclusão, corolário, consequência, conceito, proposição etc.

Áreas: gramática, retórica, lingüística, biologia.

Vertentes ou concepções gerais: tradição, vanguarda, movimentos, vertentes, correntes, abordagens, posições etc.

No nível **esquemático-imagético**, pode-se dizer que o MCI em exame tem também na sua base as histórias accionais que constituem a âncora de nossos sistemas conceptuais. A produção intelectual é compreendida em um nível cognitivamente muito básico como um *evento* envolvendo *agentes ou atores* que manipulam *objetos*.

No nível dos **mapeamentos metafóricos**, a idéia de Turner é que O PENSADOR É UM MOVEDOR E UM MANIPULADOR. O autor acredita que “Movimento e manipulação combinam-se naturalmente em nossa experiência e em nossa categorização conceptual.” E dessa compatibilidade, surgem construções lingüísticas como “Agarrou-se àquela idéia para conseguir chegar ao seu objetivo.”, em que se percebe o AGENTE sendo projetado em um PENSADOR que se desloca no espaço e que manipula um determinado objeto, qual seja, a idéia.

No tocante a essa instanciación da metáfora, o autor cita uma metáfora conceptual estudada por Sweetser A MENTE É UM CORPO MOVENDO-SE ATRAVÉS DO ESPAÇO, na qual projeta-se uma história de ação de movimento e de manipulação sobre uma história de pensamento. De acordo com Turner (1996:43), essa é uma projeção que emerge de uma outra projeção mais geral: ATORES SÃO MOVEDORES E MANIPULADORES. Conforme indica argumentação abaixo

...quando vamos falar sobre uma história de ação de um matemático ou de descoberta científica, nós podemos dizer que o pensador inicia com uma certa suposição para chegar a uma certa conclusão, passa por certas dificuldades, move-se rápido ou lentamente, obtém parte da solução, mas estava perdendo a parte mais importante... (1996: 43)

Ao falarmos da *mente*, de fato parecemos recorrer a essas metáforas: “Meu trabalho está caminhando.”; “Recortei o objeto.”; “Este é meu instrumento de análise.” etc. Ou seja, o pensamento é tipicamente compreendido via projeções de ação corporal de movimento e de manipulação.

Quanto aos **mapeamentos metonímicos**, por fim, visto que estamos tratando da configuração do MCI Produção intelectual, vamos sem dúvida lidar com a projeção AUTOR PELA OBRA. Nos termos de Lakoff (2002:96):

Quando pensamos em *um Picasso*, não estamos pensando apenas em uma obra de arte: mas estamos também pensando na relação dessa obra com o artista, isto é, a sua concepção de arte, sua técnica, seu papel na história da arte etc. (...) a metonímia do PRODUTOR PELO PRODUTO afeta, ao mesmo tempo, nosso pensamento e nossa ação.

Tal projeção, portanto, não tem uma função meramente referencial, não é apenas uma entidade representando outra, mas a forma como organizamos esse domínio conceptual.

Importa ressaltar que o mapeamento metonímico AUTOR PELA OBRA (ou PRODUTOR PELO PRODUTO), extremamente produtivo na nossa língua, parece-nos poder ser projetado em um outro nível de construção, que também está disponível, a saber, OBRA PELO AUTOR. Assumiremos esse mapeamento por entendermos que representa um tipo de projeção revelado nos dados de que dispomos.

* * *

A partir da apreensão das estruturas dos MCI's de *Pessoa* e de *Produção intelectual*, procuraremos verificar em que medida as projeções entre esses dois modelos podem sofrer ou não restrições.

É importante salientar, ainda, que o MCI Pessoa é um constructo teórico que possui uma grande complexidade, uma vez que pode se subdividir em vários MCI's, que constituem o seu detalhamento. Ocorre que, assim como o MCI Pessoa, também os MCI's que dele se originam podem se projetar no MCI Produção intelectual – que é também, em certo sentido, parte do MCI Pessoa --, fato que nos permite compreender com mais propriedade o imbricamento dos processos metafóricos e metonímicos.

4.3. RESULTADOS DA ANÁLISE

A análise de nossos dados confirma, antes de mais nada, a hipótese cognitivista acerca da generalidade do processo de personificação, tendo sido muitas as construções identificadas. Reforça também a hipótese levantada neste trabalho de que a personificação desempenha um papel importante na arquitetura do texto acadêmico-formal, funcionando, em construções perfeitamente aceitáveis, como instrumento de impessoalização. Abaixo, fornecemos os resultados das diferentes classificações que fizemos dos dados.

4.3.1 Tipos de projeção encontrados

Uma das classificações que fizemos das construções com personificação encontradas em nosso *corpus* diz respeito aos tipos de projeção ocorrentes, considerados os múltiplos aspectos envolvidos nos domínios FONTE e ALVO, assim como caracterizados na seção anterior. Foram encontradas **construções aceitáveis** em um espectro amplo, embora não irrestrito, de possibilidades combinatórias entre os domínios fonte e alvo. Os tipos de projeção

aceitáveis encontrados podem ser apreciados no quadro abaixo, ao lado de exemplos de construções aceitáveis encontradas:

Submodelo saliente no conglomerado FONTE	Aspecto saliente do domínio ALVO	Exemplos
Físico-biológico	Objeto	“...as metáforas saíram das últimas páginas da gramática para a vida do brasileiro.”
	Trabalho	“Esta análise traz considerações sobre a gramática tradicional.”
	Área	[...] essas inversões devem passar por uma análise crítica pelos olhos da lingüística... ”
Moral/deôntico/volicional	Objeto	“A metáfora cotidiana exige toda a nossa atenção.”
	Área	“A Gramática tradicional. . Desrespeita o falante . Discrimina ”
Cognitivo/epistêmico	Objeto	“Esse tipo de texto , o diálogo, pressupõe coerência”
	Trabalho	“Este estudo pressupõe a hipótese de Chomsky (1965)”
	Área	“A gramática tradicional considera como ‘certa’ a ordem direta da oração (...)”
	Vertente	“A abordagem funcionalista [...] ignora o valor enfático para a ordenação sintática .”
Interacional	Objeto	“A linguagem metafórica aqui ajuda numa melhor compreensão do assunto por parte de leigos, ou não, em economia, (...)”
	Trabalho	“Os estudos recentes em Semântica que defendem a necessidade de uma revisão na concepção tradicional sobre metáforas têm nos exemplos (a), (b) e (c) fortes aliados , pois que demonstram a metáfora utilizada fora de um contexto literário ou retórico. (...)”
	Área	(...) Dessa forma, a Semântica acaba por se juntar à Pragmática. ”
Lingüístico	Objeto	“Os dados falam em favor de uma revisão porque em todas as sentenças o verbo ‘tecer’ teve um sentido diferente.”

	Área	“A Linguística : <u>Discute</u> regras...”
Psico-emocional	Objeto	“... linguagem <u>sedutora, persuasiva e enfática</u> .”
	Área	“A retórica , aliás, nunca foi tão <u>rígida e esclerosada</u> .”
	Vertente	“ Obcecado pela tecnologia, o movimento moderno tomou o arranha-céu como sua propriedade: o que melhor poderia expressar a época do que sua engenharia mais avançada?”

No que tange às **construções inaceitáveis**, observou-se que ocorreram nos seguintes tipos de projeção:

- Do submodelo **moral/deôntico/volicional** no MCI Pessoa, para **objeto** no MCI Produção intelectual:

“As **questões** [dados para análise] da (a) a (e) possuem a intenção de passar apenas uma mensagem, que Maria exerceu a ação de comprar um determinado produto, o peixe, em um lugar específico, o mercado.”

- Do submodelo **cognitivo/epistêmico** no MCI Pessoa, para **vertente** no MCI Produção intelectual:

“A **concepção tradicional** quando restringiu o uso das metáforas aos discursos literários e retóricos não fez idéia de como esse recurso iria ser expandido e usado com muita frequência pelos jornalistas, pelos escritores, e enfim pelos falantes e usuários da língua portuguesa.”

- Do submodelo **cognitivo/epistêmico** no MCI Pessoa, para **procedimentos de investigação** no MCI Produção intelectual:

“A **hipótese** de Sapir-Whorf considera que não existe uma língua mais completa que a outra, elas apenas descrevem a realidade de acordo com a cultura do seu falante.”

- Do submodelo **interacional** no MCI Pessoa, para **objeto** no MCI Produção intelectual:

“Ultimamente, este **recurso** [a metáfora] está sendo muito utilizado na linguagem falada e nas propagandas, uma vez que tenta influenciar, convencer o seu público.”

- Do submodelo **lingüístico** no MCI Pessoa, para **objeto** no MCI Produção intelectual:

“... o advérbio ‘antigamente’ nos afirma que num outro tempo a vida era mais fácil.”

- Do submodelo **lingüístico** no MCI Pessoa, para *vertente* no MCI Produção intelectual:

“A **concepção tradicional diz** que as metáforas são fenômenos restritos ao discurso literário ou retórico.”

- Do submodelo **físico-biológico** no MCI Pessoa, para *fenômeno* no MCI Produção intelectual:

“A **estrutura trabalha** com os aspectos morfológico, fonológico e semântico (...)”

Neste estudo, deixaremos de lado as construções duvidosas, por parecer-nos suficiente em um estudo preliminar como este confrontar apenas os casos mais claros de aceitabilidade e de inaceitabilidade.

4.3.2 – Linguagem utilizada nas projeções

Conforme já se antecipou na seção 4.1.2, é importante para os propósitos deste estudo registrar o tipo de linguagem que comparece nas diversas projeções. Veremos que esse fator tem um impacto importante no grau de aceitabilidade das construções com personificação. Assim, a classificação de nossos dados inclui também um levantamento dos itens lexicais que apareceram concretamente nas construções do *corpus*. O quadro abaixo traz este levantamento:

Submodelo saliente no conglomerado FONTE	Itens lexicais associados à personificação
Físico-biológico	partir, sair, usar, trazer, valer-se, abordar, trabalhar...
Moral/deôntico/volitional	respeitar, desrespeitar, valorizar, permitir, discriminar, pecar, exigir, aceitar, impossibilitar, favorecer, possuir intenção, poder aceitar...

Cognitivo/epistêmico	considerar, pressupor, priorizar, preocupar-se, perceber, fazer idéia, analisar, saber optar...
Interacional	defender, ajudar, apontar, propor, tratar, tentar influenciar, colocar em destaque...
Lingüístico	falar, expressar-se, descrever, afirmar, discutir, sugerir, dizer, citar...
Psico-emocional	esclerosada, obcecado, sedutora, rígida, feliz, responsável, sofrer...

4.3.3. Grau de aceitabilidade das construções

Como critério de classificação dos nossos dados, dividimos as construções, conforme o seu grau de aceitabilidade. Foram encontradas 81 construções, a maioria delas aceitáveis 61, tendo havido 8 casos duvidosos e 14 ocorrências de casos claramente inaceitáveis.

Realizada essa classificação, podemos afirmar que esse processo sofre, como era nossa hipótese de trabalho, uma variação significativa no tocante ao grau de aceitabilidade.

A tabela abaixo demonstra essa variabilidade, indicando suas áreas maiores e menores de incidência.

Submodelo saliente no conglomerado FONTE	Aspecto saliente do domínio ALVO	Construções aceitáveis	Construções duvidosas	Construções inaceitáveis
Físico-biológico	Objeto	6	-	1
	Trabalho	2	1	-
	Área	2	-	-
	Vertente	-	1	-
Moral/deontico/volucional	Objeto	10	-	1
	Resultado	1	-	-
	Área	4	-	-
Cognitivo/epistêmico	Objeto	1	-	1
	Trabalho	1	-	-
	Procedimentos de investigação	-	-	2

	Área	12	1	-
	Vertente	5	2	1
Interacional	Objeto	2	1	1
	Trabalho	3	-	-
	Área	3	-	-
	Vertente	1	-	-
Linguístico	Objeto	5	-	1
	Área	2	-	
	Vertente	-	-	2
Psico-emocional	Objeto	2	1	-
	Área	1	-	-
	Vertente	1	-	-

4.3.4. Análise das regularidades

Após a análise dos itens lexicais que compõem nosso *corpus* e dos grupos conceituais elencados, verificamos que há três tipos básicos de regularidade operantes nas projeções entre o MCI Pessoa e o MCI Produção intelectual:

- (a) Construções que violam o Princípio da Invariância são inaceitáveis.
- (b) Construções com itens lexicais “opacos” dificilmente são inaceitáveis.
- (c) Construções claramente metonímicas tendem mais à aceitabilidade.

As seções a seguir descrevem essas regularidades.

4.3.4.1. Violações do Princípio de Invariância

Interessa-nos, neste momento, enfocar a descrição das projeções que se tornaram aceitáveis ou não, tendo em vista a (in)compatibilidade entre os modelos cognitivos suscitados, ou seja, casos em que funciona e casos em que não funciona o processo cognitivo da personificação.

Um fato bastante significativo que pudemos constatar em nossa análise é que, entre as 14 ocorrências de construções inaceitáveis, 10 envolviam a personificação do *objeto* ou *fenômeno* em foco no texto (cf. anexo). Nessas construções inaceitáveis, atribuem-se ao objeto ou fenômeno que constitui o foco interesse intelectual propriedades **cognitivas** (*os recursos empregados pelo cronista consideram; o processo de composição analisa etc.*); **lingüísticas** (*o advérbio nos afirma que...*); **interacionais** (*o recurso tenta influenciar, convencer o seu público*) e **volicionais** (*as questões [dados] possuem a intenção de...*).

Muito embora o *corpus* analisado seja muito limitado para consubstanciar generalizações mais firmes, parece-nos plausível supor que a personificação do objeto, ainda que possível e atestada (cf. *os dados falam em favor...*), encontre obstáculos cognitivos maiores do que, por exemplo, a personificação de trabalhos (*o estudo afirma que...*) ou de áreas (*a Gramática diz que...*). Pois, nesses dois últimos casos, a estrutura esquemático-imagética saliente parece convocar mais ou menos naturalmente a figura dos *pensadores* (o autor ou autores do estudo; os gramáticos etc.). Ainda que esses autores estejam, com boas razões, como vimos, “apagados” nas construções lingüísticas utilizadas, fazem-se presentes ainda que subfocalizados em nossas representações desse aspecto da cena da produção intelectual. Por outro lado, os dados ou os fenômenos configuram-se justamente como aquilo que *não* é o ser pensante, mas sim aquilo que se apresenta ou se oferece à sua consideração. Sob esse ângulo, parece razoável supor que há aqui o que a literatura cognitivista tem denominado de *violação do princípio da invariância*, isto é, um choque ou discrepância nas topografias cognitivas dos domínios fonte e alvo.

Se considerarmos as quatro outras construções inaceitáveis, vemos que parecem seguir pelo mesmo caminho: em 3 delas ocorre a personificação de **vertentes ou concepções gerais** (*a concepção tradicional não fez idéia...; a perspectiva wittgensteiniana crê...; a concepção tradicional diz...); e na restante personifica-se um **procedimento de investigação**, setor do*

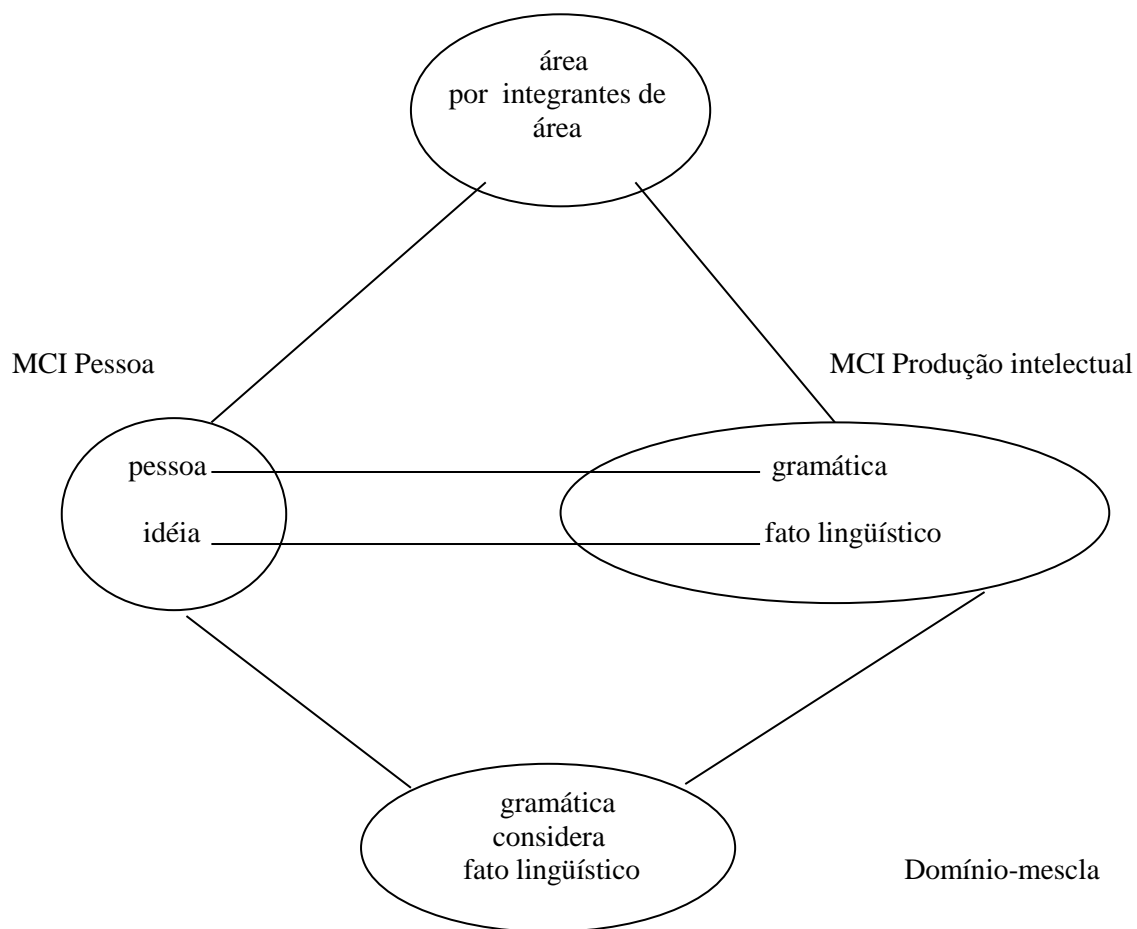
MCI Produção intelectual que se demonstrou inteiramente livre de personificações, exceto por esse caso inaceitável (*a hipótese de Sapir-Whorf considera que...*). Novamente, parece haver nesses casos uma violação no princípio da invariância: se no que diz respeito a áreas ou teorias (a Lingüística, a Sintaxe etc.) parece ser relativamente natural a personificação, quando se trata de movimentos ou concepções gerais, isso já não acontece tão naturalmente⁶, talvez porque não ganhe espaço tão claro nesses casos a figura de um ou mais pensadores. O mesmo se pode dizer com relação a *hipótese*, resistente ela mesma à incorporação figurativa de atributos cognitivos.

Para que possamos compreender melhor a idéia de que o respeito ou a transgressão ao princípio da invariância associam-se ao grau de aceitabilidade das construções personificadas, é útil pensarmos a questão em termos do instrumental oferecido no cognitivismo para a descrição das projeções entre domínios, notadamente para o tratamento da *mesclagem conceptual*. Poder-se-ia dizer que a violação ao princípio da invariância redundava em uma mescla mal-sucedida ou interdita. Teremos uma idéia mais precisa disso se analisarmos as construções (i) e (ii) abaixo, à luz da teoria da mesclagem, assim como resumida nos capítulos 2 e 3:

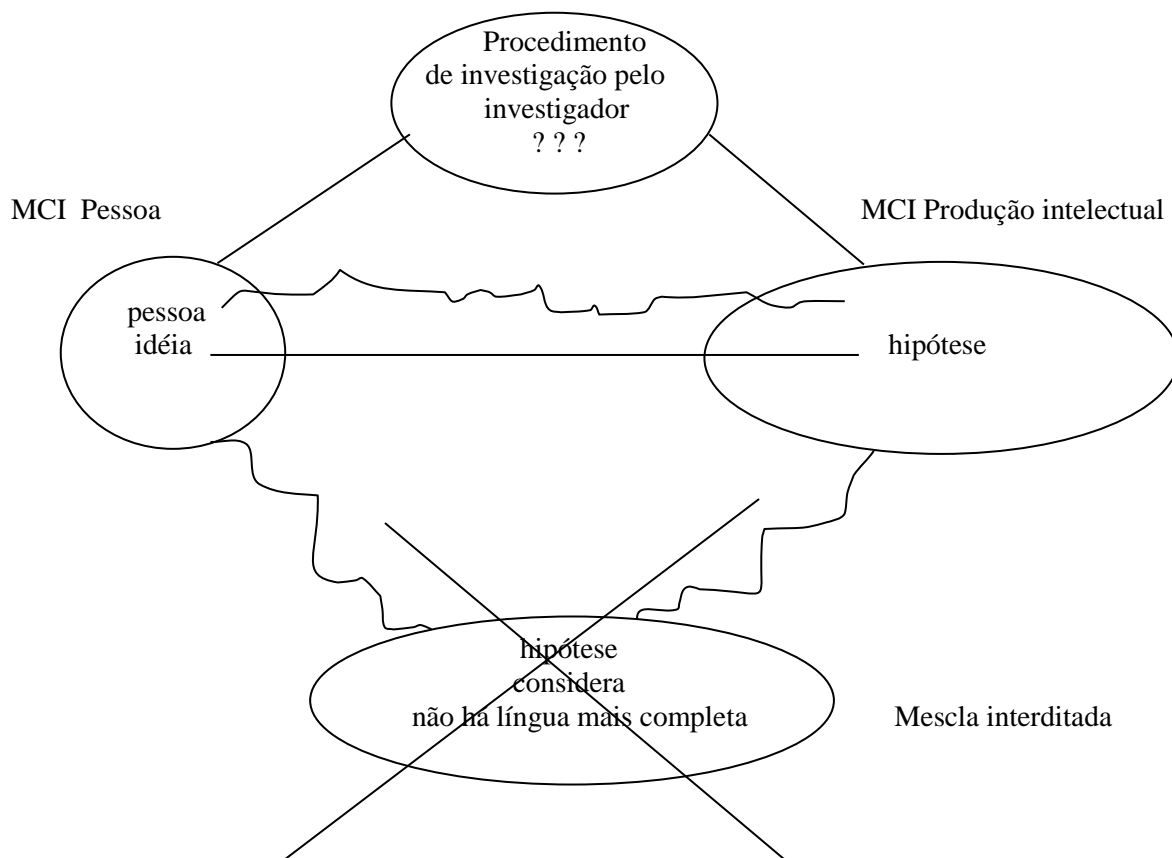
- (i) “A **gramática** tradicional **considera** como ‘certa’ a ordem direta da oração (...)”
- (ii) “A **hipótese** de Sapir-Whorf **considera** que não existe uma língua mais completa que a outra, elas apenas descrevem a realidade de acordo com a cultura de seu falante.”

Considerando as frases acima, temos que (i) constitui construção aceitável, enquanto (ii) não o é. Ocorre que em (i) o elemento área (*gramática*), em que há uma integração entre metáfora e metonímia, mantém relação de projeção com o domínio da cognição de forma admissível. A *mescla* bem sucedida poderia ser representada da seguinte forma, na qual o espaço genérico incluiria a metonímia como princípio cognitivo geral.

⁶ No entanto, ver seção 4.3.4.3.



Entretanto, em (ii) o mesmo não ocorre, tendo em vista que *hipótese* parece recusar o atributo de ordem cognitiva. Nesse caso, como vimos, a construção apresenta uma discrepância entre o domínio da cognição e o domínio da hipótese.



A despeito do caráter preliminar e tentativo da proposta de formalização acima, o fato é que a análise que realizamos parece indicar que a violação ou respeito ao princípio da invariância é um fator relevante na aceitabilidade das construções com personificação. A sua ocorrência em textos, apesar de sua dificuldade cognitiva, é um mistério que mereceria reflexões mais detidas: uma hipótese sempre plausível é aquela segundo a qual textos problemáticos associam-se a formas problemáticas ou confusas de pensar.

4.3.4.2. Opacidade vs. transparência dos itens lexicais sinalizadores de personificação

A análise dos nossos dados mostra que em alguns casos em que há potencial violação do princípio da invariância ocorre, no entanto, aceitabilidade. Isso fica claro se considerarmos as seguintes construções que envolvem a projeção do submodelo moral/deontico/volitional,

do MCI Pessoa no aspecto *objeto*, no MCI Produção intelectual. Encontramos aí uma construção aceitável e outra não, como revelam os exemplos a seguir, respectivamente:

- (i) “A **metáfora** cotidiana **exige** toda a nossa atenção.”
- (ii) “As **questões da (a) a (e) possuem a intenção** de passar apenas uma mensagem, que Maria exerceu a ação de comprar um determinado produto, o peixe, em um lugar específico, o mercado.”

Nos dois casos, temos a atribuição de propriedades de ordem *volicional/deôntica* ao *objeto*, o que, como vimos na seção anterior, apresenta-se como violação potencial do princípio da invariância. Por que a construção (i) é aceitável e a (ii) não? Uma hipótese plausível é a de que interfere na aceitabilidade das construções o grau de transparência ou opacidade dos itens lexicais deflagradores de personificação, conforme tratamos na seção 4.3.2.

Devemos atentar para o fato de que os itens lexicais em questão não têm nos dois casos acima o mesmo grau de transparência enquanto acionadores da personificação: a expressão *possuir a intenção de* parece apresentar uma ligação mais “viva” com o MCI Pessoa do que aquela que podemos reconhecer em *exigir*. Esse último item lexical também se associa ao MCI (no submodelo moral/deôntico/volicional), mas demonstra-se relativamente opaco em relação ao domínio de Pessoa. Isso porque seu grau de generalização assemelha-se àquele de verbos como *fazer*, conforme exposto na seção 4.1.2: embora seja associável, em um nível cognitivamente muito básico, ao atributo humano da *volição*, o verbo *exigir* parece ter-se convertido em um indicador geral de *necessidade*, assim como *fazer* pode desempenhar, como vimos, a função de indicador de *causalidade*. Assim, dizemos coisas como *A situação exige prudência*, *Esse peixe exige cuidados especiais* etc – casos muito corriqueiros e disseminados em que a ênfase recai sobre a idéia geral de necessidade mais do que sobre a noção especificamente humana de volição.

Assim, podemos dizer que, ao lado da violação do princípio da invariância, um outro fator que parece determinar a aceitabilidade das construções é o grau de generalidade do item lexical (ou combinação de itens) associável ao MCI Pessoa. Os mais gerais tendem a ser mais opacos com respeito à cena cognitiva instaurada pelo MCI Pessoa, deixando-a menos saliente ou mais “apagada”, e neutralizado, assim, possíveis efeitos de violação do princípio da invariância. Já combinações menos gerais, como *possuir intenção de* não teriam esse efeito neutralizador e, portanto, seriam menos aceitáveis.

Há, por outro lado, casos como *Os dados falam em favor*, em que (a) ocorre personificação do *objeto*, situação propícia à violação do princípio da invariância, e (b) utiliza-se um item lexical, *falar*, que é “vivamente” associado ao MCI Pessoa. De onde decorreria a aceitabilidade da construção nesse caso, já que há dois fatores concorrendo para a sua inaceitabilidade? Estudos mais aprofundados, com uma quantidade mais substantiva de dados, seriam necessários para responder a essa pergunta. Uma hipótese preliminar merecedora de atenção seria a de que a simples convenção determina também a aceitabilidade das construções: o mero fato de que há “fórmulas” sancionadas pela tradição.

4.3.4.3. Aceitabilidade e projeção metonímica

Gostaríamos, por fim, de destacar em seção separada um ponto importante que já vem sendo aludido nas seções anteriores: a relação entre a aceitabilidade das construções e a possibilidade de projeção metonímica. Na discussão sobre a incidência do Princípio da Invariância, vimos que a metonímia desempenha um papel importante nas projeções associáveis à personificação. Sugeriu-se que a metonímia *ÁREA PELOS INTEGRANTES DA ÁREA*, por exemplo, seria uma candidata plausível para figurar no espaço genérico da mescla subjacente a uma construção como *A gramática considera como certa [...]*.

Por outro lado, a inaceitabilidade de uma construção como *A hipótese considera que [...] – que foi associada ao choque entre as topologias cognitivas do submodelo cognitivo (MCI Pessoa) e do campo procedimentos de investigação (MCI Produção intelectual) – envolvia também uma metonímia duvidosa no espaço genérico, a saber, PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO POR INVESTIGADOR.*

Embora a inclusão de metonímias no espaço genérico de mesclas envolvendo personificação configure, como já se disse, apenas uma sugestão inicial para a representação formal da presença da metonímia no fenômeno aqui em exame, o fato é que essa presença é inegável. Pode-se dizer, pois, que, entre as condições de sucesso de uma construção personificada, está a possibilidade de projeções metonímicas bem-sucedidas.

Vejamos como isso se dá, analisando as construções aceitáveis a seguir:

(i) “A **retórica**, aliás, nunca foi tão rígida e **esclerosada**.”

Vimos na seção anterior que *áreas*, tais como *retórica* e *gramática tradicional*, muitas vezes figuram metonimicamente pelos autores que as integram. Isso porque a presença desses autores parece ter saliência cognitiva ao nos referirmos a tais áreas, muito embora eles não estejam sendo explicitamente mencionados. Possivelmente por conta dessa característica, as personificações envolvendo áreas são, com efeito, muito freqüentes e naturais.

Na construção (i), o elemento *ÁREA*, representado aqui por *retórica*, a arte da eloqüência, adquire traços de pessoa e torna-se mais “concreto”. Há aqui uma projeção do submodelo psico-emocional (MCI Pessoa), mais especificamente da propriedade psicológica *esclerosada*. Essa projeção é facilmente compreendida – e aceita – ao referir-se à área da *retórica*, pois atribuem-se à área características que poderiam ser atribuídas a seus integrantes: “*velhice*”, *insensibilidade*, *resistência* e *recalcitrância* diante de determinada situação.

Observamos, na construção em análise, que há para *pessoa* um equivalente – *retórica* – em outro domínio. Isto é, o domínio de *agente intelectual* projeta-se em um outro domínio,

do qual surge uma estrutura emergente que representa a *retórica esclerosada*. Cabe ressaltar que o processo por que passa essa construção se dá via Princípio da Invariância, cuja função é viabilizar a convergência entre os domínios, desencadeando, assim, a projeção metonímica, que se inter-relaciona com a projeção metafórica inicialmente descrita.

O raciocínio acima pode ser aplicado a outros tipos de projeção envolvendo *áreas*, como é o caso das seguintes construções, em que à área da Gramática Tradicional são atribuídas propriedades morais:

(ii) “A **gramática tradicional** **peca** em suas descrições por não abordar situações de uso concreto...”

(iii) “A **Gramática tradicional: .Desrespeita** o falante
.Discrimina”

O sucesso dessas construções parece de fato estar associado à possibilidade de projeções metonímicas bem-sucedidas.

Um último exemplo que caberia mencionar aqui é o seguinte:

(iv) “**Obcecado** pela tecnologia, o **movimento moderno** tomou o arranha-céu como sua propriedade: o que melhor poderia expressar a época do que sua engenharia mais avançada?”

Trata-se de uma construção aceitável, em que a personificação envolve não o elemento *ÁREA*, mas o elemento *VERTENTE*, no MCI Produção intelectual. Vimos na seção anterior que *VERTENTES/ CONCEPÇÕES* tendem a resistir mais à personificação do que *ÁREAS*, talvez por que a saliência de *agentes intelectuais* seja menor no primeiro caso do que no segundo. No entanto, a presença de agentes intelectuais na cena cognitiva associada a *movimentos* é, por outro lado, um pouco mais nítida do que, por exemplo, no caso de *OBJETO* ou *PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO*. Isso talvez explique a aceitabilidade da construção e o êxito da projeção metonímica que parece estar aí subjacente.

Acrescente-se que estamos diante de uma projeção envolvendo especificamente o submodelo *psico-emocional*. Observamos que o recurso a esse tipo de projeção parece conferir à construção uma certa vivacidade. Em produções de autores consagrados, comparecem com o efeito de ênfase ou com um tom de crítica. Convém notar em todo caso que, também nesse domínio específico, há a inter-relação entre metáfora e metonímia, característica favorecedora de aceitabilidade.

Diante das evidências aqui apresentadas, não se pode negar que o fenômeno da personificação, por vezes, sofre algum tipo de restrição. Trata-se de um processo que é, na verdade, a consequência de projeções de esquemas, o que significa afirmar que a aceitabilidade de algumas construções pode ser ou não afetada, dependendo dos elementos estruturadores que serão herdados de cada um dos MCI's ativados. Algumas informações específicas, portanto, podem ser mapeadas desde que não haja incompatibilidade entre esses domínios conceptuais mobilizados.

Nessa perspectiva, torna-se mais tangível a explicitação de contextos favorecedores de interdição. Entre as construções pesquisadas, vimos percebendo que aquelas cujos itens lexicais apresentam-se “menos fiéis” ao MCI Pessoa tendem a ser aceitáveis. Ou seja, esse estatuto mais geral, uma vez que as formas lingüísticas não se centram tão somente no modelo em questão, viabiliza um grau maior de aceitabilidade. Por outro lado, projeções envolvendo os verbos mais exclusivamente relacionados ao MCI Pessoa tendem a ser menos aceitáveis.

Observamos, ainda, que a inter-relação bem-sucedida dos processos metafóricos e metonímicos tende a desencadear a aceitabilidade das construções que envolvessem esses grupos.

Finalmente, a problematização das diferentes dimensões do fenômeno por nós eleito indica que as interdições são, pelo menos em parte, de ordem cognitiva. Há um princípio, o Princípio da Invariância, que evita projeções fortuitas e indiscriminadas, levando-nos a perceber as restrições por que passa o processo cognitivo da personificação.

5. CONCLUSÃO

*As resoluções vieram
abrindo cavernas no jardim.*

Edimilson de Almeida Pereira

Conquanto o fenômeno da personificação seja, muitas vezes, compreendido, com base em uma visão objetivista da linguagem, como um processo circunscrito às áreas da Literatura e da Retórica, procuramos resgatar, neste estudo, seus diferentes vieses, enfocando sua manifestação em textos de natureza acadêmico-formal. Isso foi motivado pelo fato de a personificação extrapolar as áreas da Literatura e da Retórica e, simultaneamente, instaurar-se em outros modelos de discurso. Nesse caso, o esforço teórico é iminente, pois tem de dar conta ou, pelo menos, delinear os desdobramentos de um evento lingüístico tão expressivo.

Para abordarmos essa questão, amparamo-nos teoricamente na chamada Vertente Cognitivista da Linguagem. Esse arcabouço teórico permitiu-nos realizar a investigação desejada. Vale dizer que, ao lado da reflexão teórica, empenhamo-nos para gerar uma base de dados que possibilitasse a aproximação entre a pesquisa empírica e a articulação teórica – procedimento que, em larga medida, veio a ressaltar a importância do fenômeno da personificação.

Em um primeiro momento, buscamos esclarecer que visão do significado permeia o Paradigma Objetivista e evidenciar que o *cognitivism* é uma corrente de pensamento que reage à concepção clássica de sentido. Dessa forma, demonstramos que elementos, como *corpo* e *imaginação*, rechaçados pelos objetivistas, estão na base de nossa concepção. Um outro aspecto que merece destaque é a projeção entre domínios conceptuais, que suscitam os constructos teóricos *mesclagem*, *modelos cognitivos idealizados* e *princípio da invariância*.

No capítulo subsequente, tratamos especificamente do fenômeno da personificação, sinalizando sua complexidade. O entendimento desse fenômeno transcende seu caráter retórico-literário, podendo ser também compreendido como um recurso cognitivo básico e, ainda, como um elemento de impessoalização em textos de natureza acadêmico-formal. Sobre esse aspecto, a personificação deixa de ser considerada uma espécie de recurso de exceção – porque restrita a algumas áreas do discurso – para ser apreendida como um recurso ubíquo, na medida em que permeia as diferentes instâncias do discurso.

De acordo com o caráter preliminar de nossa investigação, julgamos ter alcançado nossos objetivos ou, quando não, tangenciado algumas respostas. Tal perspectiva revela, por um lado, a dificuldade da área e do tema a serem explorados e, por outro, a validade dos esforços da pesquisa no sentido de desvendar a complexidade dos fenômenos da linguagem. Diante disso, situamos no rol dos objetivos alcançados o fato de que: 1.º) evidenciamos que o fenômeno da personificação desempenha importante papel no texto de natureza acadêmico-formal como elemento de impessoalização; 2.º) contribuimos para a construção detalhada do MCI Pessoa e do MCI Produção intelectual; 3.º) colaboramos para a determinação dos fatores de aceitabilidade e de interdição do fenômeno da personificação em textos de natureza acadêmico-formal, a saber:

(a) Construções que violam o Princípio da Invariância são inaceitáveis.

(b) Construções com itens lexicais “opacos” dificilmente são inaceitáveis.

(c) Construções claramente metonímicas tendem mais à aceitabilidade.

4.º) acreditamos ter elucidado a hipótese de que as construções investigadas emergem de mapeamentos metafóricos e metonímicos, que permitiram uma explicação mais consistente para o nosso problema, ou seja, por que restrições passa o processo cognitivo da personificação.

Salientamos que este trabalho foi motivado pelo “mistério” que surge a partir do fato de que algumas das construções investigadas são, em geral, tomadas como aceitáveis ao passo que outras não. A investigação desenvolvida foi no sentido de elucidar essa problemática, devendo-se salientar que os resultados aqui fixados se apresentam como uma contribuição a essa área de estudos, bem como um desafio para que outras vozes e enfoques sejam desenvolvidos a fim de que se possa articular uma rede de reflexões aprofundadas sobre o tema. No tocante ao nosso trabalho, esclarecemos, por outro lado, que temos consciência de que as formalizações apresentadas são ainda passíveis de refinamento e de que necessitaríamos de um número maior de dados para a consubstancialização de nossa descrição.

Ante os apelos de ordem lingüística-conceptual e social que perpassam os fenômenos da linguagem, parece-nos, finalmente, que metáfora, metonímia e personificação são condição da existência humana, se reconhecemos que esses processos subjazem a nossa construção do conhecimento, isto é, seu *locus*, ao contrário do que se verifica em concepções tradicionais acerca do significado não é a linguagem, mas a projeção entre domínios conceptuais.

Vale salientar, ainda uma vez, que este estudo pode ser considerado como uma contribuição para a área da Lingüística em dois aspectos, a saber: sua aplicação em se tratando de pesquisas voltadas para a construção do discurso acadêmico-formal e sua

relevância no que diz respeito à adoção de uma teoria, a Cognitivista, cuja inclinação é semântica. Cabe destacar também que reconhecemos o caráter não estanque desta pesquisa, uma vez que estamos tratando de um assunto pouco explorado. Em vista disso, ângulos de visão diversos podem surgir, dado o interesse que venhamos a despertar em outros pesquisadores, o que certamente contribuirá para que possamos avançar nas investigações acerca do fenômeno em discussão.

6 - BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Arte Poética e Arte Retórica*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro.

BASTOS, L. C. (1988) *O emprego da 1ª pessoa do singular ou da 1ª pessoa do plural – uma questão discursiva*. Letras & Letras. Uberlândia 4 (1 e 2).

BRONCKART, J. P. (1999) *Atividade de linguagem, textos e discursos*. Trad. Anna Rachel Machado & Péricles Cunha. São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP.

BUENO, S. (1964) *Estilística brasileira: o estilo e a sua técnica*. São Paulo: Edição Saraiva.

CHOMSKY, N. (1978) *Aspectos da teoria da sintaxe*. Trad. José Antônio Meireles & Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado – Editor, Sucessor.

CICERÓN, M. T. (1943) *Diálogos del orador*. Trad. M. Menéndez & Pelayo. Buenos Aires: Emecé Editores.

FAUCONNIER, G. (1994) *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press.

----- (1997) *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press.

FULGÊNCIO, L. & LIBERATO, Y. (1996) *Como facilitar a leitura*. São Paulo: Contexto.

GARCIA, O. M. (1975) *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

GOLDBERG, A. (1995) *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press.

GUIRAUD, P. (1970) *A estilística*. Trad. Miguel Maillat. São Paulo: Ed. Mestre Jou.

JOHNSON, M. (1987) *The Body in the Mind: the Bodily Basis of Reason, Meaning and Imagination*. Chicago: Chicago University Press.

KLEIMAN, A. (1992) *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes.

----- (1993) *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas: Pontes.

- LAKOFF, G. (1987) *Women, Fire and Dangerous Things*. Chicago: Chicago University Press.
- (1993) *The contemporary theory of metaphor* In *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1999). *Philosophy in the Flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. Basic Books: A Member of the Perseus Books Group.
- (2002[1980]) *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM). Coordenação de tradução Mara Sophia. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ.
- LAKOFF, G. & TURNER, M. (1989) *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: Chicago University Press.
- **LAPA, M. R. (1968) *Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica: Biblioteca Brasileira de Filologia, Vol. 15.
- LOCKE, J. (1991) *Ensaio acerca do entendimento humano*. Coleção *Os Pensadores*, São Paulo: Nova Cultural.
- LOW, G. (1999) “*THIS PAPER THINGS...*”: *Investigating the acceptability of the metaphor AN ESSAY IS A PERSON* In *Researching and applying metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MANDELBLIT, N. (1997) *Gramatical Blending: Creative and Schematic Aspects in Sentence Processing and Translation*. Tese de Doutorado. San Diego: University of California.
- MARTINS, H. (1999) *Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma aproximação não representacionista*. Tese de Doutorado. UFRJ.
- MELO, G. C. (1976) *Ensaio de estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora.
- MIRANDA, N. S. (1999) *Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais*. Revista *Veredas*, Juiz de Fora: EDUFJF, Vol. 4.
- (2000) *A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores*. Tese de Doutorado. UFMG.

PERELMAN, C. & TYTECA, L. O. (1996) *Tratado da argumentação*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.

PEREIRA, M. G. D. (1997) *Debate e Réplica no Discurso Acadêmico Escrito em Lingüística: Estratégias de Proteção, de Destruição e de Recuperação da Face*. Língua e Linguagem em Questão. Org. Maria Teresa G. Pereira. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

SAUSSURE, F. (1972) *Curso de lingüística geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes & IzidoroBlikstein. São Paulo: Cultrix.

TOMASELLO, M. (2003) *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes.

TURNER, M. (1996) *The literary mind*. New York, Oxford: Oxford University Press.

Veredas (Revista de cultura do Banco do Brasil) Ano 7 – nº 79 – julho de 2002.

EPÍGRAFES:

ANDRADE, C. D. de. (1992) *O lutador*. In: *Carlos Drummond de Andrade: poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. 84.

MENDES, M. (1994) *Texto de consulta*. In: *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, p. 738.

PEREIRA, E. A. (1991) *O ferro*. In: *Corpo vivido*. Juiz de Fora: Mazza Edições/Edições D’Lira, p.220.

PRADO, A. (1978) *A fala das coisas*. In: *Coração disparado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 71.

7. ANEXO

“Entendemos, segundo Sapir-Whorf, que a língua é uma estrutura dotada de ânimo. A língua tem alma.”

I) CONSTRUÇÕES ACEITÁVEIS:

Projeções do submodelo físico-biológico:

- 1) “Assim, uma vez que o **estudo** da Lingüística **parte** do pressuposto de que a língua fornece ao indivíduo capacidade para que de alguma forma ele esteja em interação com o meio ou com a sociedade.”
- 2) “... **as metáforas saíram** das últimas páginas da gramática para a vida do brasileiro. A qualquer hora lidamos com elas.”
- 3) “A **linguagem jornalística usa** de construções metafóricas para chamar a atenção do leitor e prendê-la...”
- 4) “Em (a) Joana **teceu** um tapete, o **verbo TECER traz consigo** o significado de elaborar, costurar, manipular.
Em (c), o **verbo TECER**, retirado de um texto literário, **traz** significado semelhante ao de (a)...”
- 5) “A **composição se vale** de maneiras diversas de se unir várias classes de palavras.”
- 6) “Pode-se perceber como a **composição utiliza** a combinação (distribuição) dos termos dentro da sentença.”
- 7) “A **composição** por justaposição, como podemos ver nos exemplos (i) e (ii), **se vale** de palavras que podem derivar de classes diferentes ou não..”
- 8) “Todos esses fatores demonstram a fragilidade da **gramática tradicional** em suas descrições, ao **abordar** as inversões na ordenação sintática no português do Brasil...”
- 9) “[...] essas inversões devem passar por uma análise crítica pelos **olhos da lingüística...**”
- 10) “Esta **análise traz** considerações sobre a gramática tradicional.”

Projeções do submodelo moral/deontico/volicional:

- 11) “A **metáfora** cotidiana **exige** toda a nossa atenção.”
- 12) “A **gramática tradicional peca** em suas descrições por não abordar situações de uso concreto, (...)”

- 28) “**Para a gramática tradicional**, as inversões citadas (apresentadas) são recursos de estilo.”
- 29) “**O tipo de texto**, um diálogo, **pressupõe** coerência...”
- 30) “... podemos concluir que em algumas sentenças **a teoria gramatical normativa não consegue dar conta** por não considerar as perspectivas discursivas semântica e pragmática.”
- 31) “Já **a sintaxe prioriza** os sintagmas...”
- 32) “A **Gramática tradicional**: [...] **preocupa-se** com regras.”
- 33) “A **Linguística**: [...] **preocupa-se** com o falante.”
- 34) “**Para a abordagem funcionalista**, a função sintática dos constituintes invertidos em, (b) e (c), independente da posição que ocupam na frase, não é mudada.”
- 35) “**Para a abordagem funcionalista**, são de suma importância o momento em que é produzido um determinado uso, as condições e o contexto. (...)
Segundo a abordagem formalista, a preferência de (d) em relação a (e) dá-se pela necessidade de adequação da língua às realizações relativamente mais simplificadas.”
- 36) “A própria **semântica aceitava** a concepção tradicional.”
- 37) “[...] a mesma [a **lingüística**] **percebe** o comportamento efetivo do falante em relação à linguagem (comunicação, social).”
- 38) “A **lingüística** [...] **não se preocupa** em estabelecer regras e normas impostas (...)
É o caso por exemplo da palavra nú. Quanta interpretações podem ser atribuídas a ela.”
- 39) “No entanto pela própria **visão da lingüística** geral, tem-se a certeza de que esse fenômeno, ao contrário de ser um mero recurso enfático, é, sobretudo, a manifestação concreta da influência exercida pelo meio sócio-cultural na produção de enunciados.”
- 40) “A **abordagem funcionalista**, por exemplo, observadas nas variantes b e c, **ignora** o valor enfático para a ordenação sintática...”
- 41) “**Segundo a Gramática Tradicional**, o advérbio é um modificador de algumas classes de palavras. (...)”
- 42) “O **estudo pressupõe** a hipótese de Chomsky (1965).”

Projeções do submodelo interacional:

- 43) “Os **estudos** recentes em Semântica que **defendem** a necessidade de uma revisão na concepção tradicional sobre metáforas **têm** nos exemplos (a), (b) e (c) **fortes aliados**, pois que demonstram a metáfora utilizada fora de um contexto literário ou retórico. (...)”
- 44) “A **linguagem metafórica** aqui **ajuda** numa melhor compreensão do assunto por parte de leigos, ou não, em economia, (...)”
- 45) “A **gramática tradicional aponta** como recursos de estilo as passagens em questão.”
- 46) “Os **estudos** recentes em Semântica **propõem** um conceito de metáfora mais abrangente do que aquele tradicional. (...) Em relação à metáfora, a **Semântica** a **trata** como algo essencial à expressão lingüística. (...) Dessa forma, a **Semântica acaba por se juntar à Pragmática.**”
- 47) “Assim, podemos perceber que as inversões de ordem são recursos de estilo que de acordo com a abordagem que é estudada, pode ter rumos e sentidos diferentes, ou melhor, cada **abordagem vai dar destaque** a um elemento.”
- 48) “Os **estudos** da Semântica contemporânea **apontam** para a necessidade de entender a metáfora também fora do espaço literário (ou retórico) (...)”
- 49) “A **Gramática tradicional cria distância** entre falantes.”
- 50) “O **texto** as **propõe** de forma expressiva...”

Projeções do submodelo lingüístico:

- 51) “Os **dados falam em favor** de uma revisão porque em todas as sentenças o verbo ‘tecer’ teve um sentido diferente.”
- 52) “Os **exemplos abaixo falam em favor** de uma revisão na concepção tradicional de metáforas, ...”
- 53) “Temos na Língua Portuguesa, na gramática tradicional, uma ordenação sintática comum: sujeito-verbo-objeto, portanto, essa mesma **gramática diz** que as inversões são recursos de estilo que visam especialmente enfatizar determinado constituinte da frase.”
- 54) “Então, a **gramática tradicional diz** que qualquer inversão de ordem decorre de algum recurso estilístico, muito usado em textos literários, com o objetivo de enfatizar, destacar algum termo dentro do período.(...)”

55) “Com o seu ‘mágico’ e alquímico poder imagético, as **metáforas se expressam** no universo mental dos usuários de uma língua como verdadeiras preciosidades por sua peculiar simplicidade para nossa mente inconsciente.(...)”

56) “Em ‘O carpinteiro pôs o pé na mesa’ trata-se de uma sentença também ambígua, no entanto arrisco opnar, embora **o texto citado não tenha descrito** nenhum exemplo parecido, que apresente ambigüidade é linguística e também situacional.”

57) “**Termos** deslocados **podem sugerir** dupla interpretação.”

Projeções do submodelo psico-emocional:

58) “A variação que alguns **advérbios sofrem** se deve, também, à posição que ocupam.”

59) “Será um **ato de fala feliz** se o homem cumprir com a promessa, por exemplo.”

60) “A **retórica**, aliás, nunca foi tão **rígida e esclerosada**.” (Guiraud: 1970)

61) “**Obcecado** pela tecnologia, o **movimento moderno** tomou o arranha-céu como sua propriedade: o que melhor poderia expressar a época do que sua engenharia mais avançada?” (*Revista Veredas*)

II. CONSTRUÇÕES INACEITÁVEIS:

Projeções do submodelo físico-biológico:

62) “A **estrutura trabalha** com os aspectos morfológico, fonológico e semântico (...)”

Projeções do submodelo moral/deôntico/volicional:

63) “As **questões** da (a) a (e) **possuem a intenção** de passar apenas uma mensagem, que Maria exerceu a ação de comprar um determinado produto, o peixe, em um lugar específico, o mercado.”

64) (?) “A **realidade mental**, para Chomsky, é a bagagem natural de cada indivíduo, vista como bagagem inata, e **podendo aceitar** influências do meio externo,...”

Projeções do submodelo cognitivo:

65) “A **concepção tradicional** quando restringiu o uso das metáforas aos discursos literários e retóricos **não fez idéia** de como esse recurso iria ser expandido e usado com muita frequência pelos jornalistas, pelos escritores, e enfim pelos falantes e usuários da língua portuguesa.”

66) “A hipótese de Sapir-Whorf **considera** que não existe uma língua mais completa que a outra, elas apenas descrevem a realidade de acordo com a cultura do seu falante.”

67) “A afirmação se constata nas duas frases proposta (i) e (ii), ou seja, ambas possuem as palavras formadas pelo processo de composição chamada justaposição, o qual se vale de palavras com significados diferenciados (...) O processo **analisa** a formação da palavra em si, sendo fiel à estrutura de cada uma...”

68) “Os **recursos** empregados pelo cronista para a atribuição e manutenção da coerência conversacional **consideram** que a textualidade é um conjunto de fatores linguísticos, semânticos, sócio-comunicativos que contribui para que um grupo de palavras seja considerado um texto...”

69) “**Ela** [a realidade mental] **saberá optar** entre o que é mais importante, o que é mais relevante dentro de um ato de comunicação.”

70) “A **perspectiva wittgensteiniana** **crê** que a significação está no uso.”

Projeções do submodelo interacional:

71) “Ultimamente, este **recurso** [a metáfora] está sendo muito utilizado na linguagem falada e nas propagandas, uma vez que **tenta influenciar**, convencer o seu público.”

72) “Dessa forma, quanto mais vivemos, quanto mais conhecimento adquirimos maior será o nosso poder de associação e dessa forma, mais fácil será para nossa ‘**realidade mental**’ **colocar em destaque** este ou aquele ponto.”

Projeções do submodelo lingüístico:

73) “... o **advérbio ‘antigamente’** **nos afirma** que num outro tempo a vida era mais fácil.”

74) “No entanto, o verbo ‘tecer’ é empregado metaforicamente no exemplo (b) que não está incluído nos contextos **citados pela concepção tradicional**.”

75) “A **concepção tradicional** **diz** que as metáforas são fenômenos restritos ao discurso literário ou retórico.”

III. CASOS DUVIDOSOS:

Projeções do submodelo físico-biológico:

76) “... a **abordagem formalista** **agrupa** os elementos da frase em árvores hierárquicas.”

77) “Chomsky quer mostrar que o indivíduo e o seu comportamento foge de qualquer enquadramento e prova isso fazendo uso nos seus **estudos dos elementos empíricos** que **procuram** por meio de observação e experiência **trazer a realidade** para os estudos científicos.”

Projeções do submodelo cognitivo:

78) “Porém a **Gramática se esquece** de que a frase d é comum na oralidade e o ‘povo’ entende muito bem, obrigada.”

79) “A **abordagem funcionalista analisa** o posicionamento dos elementos na frase de acordo com a função desempenhada por ele no contexto, colocando em ênfase elementos mais importantes. (...)”

80) “. **A abordagem funcionalista tenta explicar** a função dos constituintes quando estes estão ordenados nas sentenças.”

Projeções do submodelo interacional:

81) “Nos **casos** que temos **apontou**-nos uma forma verbal ‘teceu’ com o relativo ‘tece’...”

Projeções do submodelo interacional:

82) “[...] A **relação entre os termos está de maneira equivocada** contribuindo para que aconteça várias leituras e interpretações.”

83) “**O pensamento** humano está sempre **imbuído de ações e desejos**, muitas vezes oculto.”